



# Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1993

ANO X

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Elio Lino Rusch - Basilio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 51.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 1993  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Euri-des Moura, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rosso-ni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Luiz Antônio Setti e Ovídio Constantino (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° 028/93 - GPNP

Senhor Presidente.

Respeitosamente, vimos a Vossa Excelência comunicar e justificar a nossa ausência nas sessões Plenárias do último dia 31 de maio, em virtude de compromissos anteriormente agendados e intransferíveis na região de Campo Mourão.

Certos de merecer sua proverbial aten-

ção e providências, antecipamos agradeci-mentos e reiteramos as considerações de incondicional e respeitoso apreço.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Indicações:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais designa os Deputados Emilia Belinati (titular) Luiz Carlos Zuk (suplente), do PDT, para integrar Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob n°... da Presidência da Assembléia Legislativa

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) PAULO MAIA

Líder da Bancada do PDT

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais designa o Deputado Ademar Traiano, do PTB, para integrar Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob n°... da Presidência da Assembléia Legislativa

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder da Bancada do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 200/93 que autoriza abertura de crédito suplementar para a Secretaria de Esportes e Turismo.

Sala das Sessões, em 01.06.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO N° 1586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja solicitado ao Egrégio Tribunal de Contas nos termos do art. 18, § 1º, combinado com o art. 75 da Constituição do Paraná, o procedimento de auditoria junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. para apurar da legalidade, legitimidade e oportunidade de atos praticados pelo estabelecimento de crédito quando das aposentações e/ou rescisões de contratos de trabalho feito com empregados Gerentes e Supervisores e que tem implicado em pagamentos de vultosos valores sem contestação alguma.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

## JUSTIFICATIVA:

Razões contidas na cópia do discurso anexo proferido da Tribuna desta Casa de Leis nesta data.

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna como testemunha de fatos que muito deveriam entristecer os homens públicos do Paraná. Um Estado onde se fala em legalidade, mas que a nega em sua expressão mais simples.

O Governador afeta sentimentos nobres para justificar - na perplexidade da mídia paga - a política de intenções mesquinhas.

O destino do Legislativo e, por via de consequência, da dignidade dos políticos paranaenses, corre sério risco com repercussões em todo os cantos do Paraná, quando se atrela às decisões legislativas a obsessão do Governador do Estado.

O Poder Executivo vem se utilizando dos meios de comunicação para propaganda de suas posições - envenenando a opinião pública quanto ao comportamento dos Juizes de Direito - como também de quaisquer outros valores pessoais que ousam opor-se aos atos do dono do Palácio Iguazu.

Recapitulemos os últimos acontecimentos, e peço a atenção dos Senhores Parlamentares para que observem da existência no Paraná de uma política oficial de incitamento contra - agora os juizes - e amanhã, sem dúvida, voltada para nós Deputados.

Destrói-se um Poder do Estado hoje. Amanhã será a oposição nesta Casa; e com ela, o que resta da autonomia do Poder Legislativo.

O projeto de lei que veio estabelecer a isonomia salarial entre os funcionários dos três poderes atenderia aos reclamos da magistratura, equivalendo os vencimentos dos Desembargadores aos dos Deputados Es-

taduais. A tensão existente entre o Judiciário e o Executivo seria resolvida a partir da simples repetição do que vige na esfera federal. Os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado e dos Integrantes do Congresso Nacional são equivalentes.

Dar-se-ia cumprimento ao estabelecido na Carta Estadual, em seu artigo 27, incisos 11 e 12, e respeitar-se-ia a norma constitucional.

O Paraná, como de resto o Brasil, restaria apenas esperar que os integrantes do Congresso Nacional não viessem a aumentar seguidamente seus subsídios.

Solertemente, o Governador enredou os Deputados. E em razão disso, o processo de desmoralização já começou.

A partir do enunciado feito à imprensa, de que a responsabilidade pela exclusão dos Deputados Estaduais da isonomia era dos próprios Deputados, e para efetivarem tal desejo deveriam tornar a inconstitucionalidade constitucional, é que chegamos onde chegamos.

E foi com o aval da Comissão de Constituição e Justiça que o Plenário desta Casa consolidou a constitucionalidade do inconstitucional!!! / Nos desmoralizando aos olhos do Direito e do povo, que afinal há de perguntar: "Que Legislativo é esse?".

Ocorre que não podemos deixar para outra oportunidade, porque então será tarde, para desmascarar a permanente manobra do chamado "Zelo Pela Coisa Pública", que se diz possuir o Senhor Governador.

Irei denunciar - e estou com os comprovantes da autenticidade desta denúncia - que o Governador mente quando diz que são os Senhores Juizes quem têm as melhores remunerações no Paraná. E é essa afirmação que ele faz, em tom de acusação, aos reclamos do Judiciário Paranaense.

Ao faltar com a verdade, Sua Excelência demonstra ignorar o que necessariamente deveria saber. Mas isso, talvez, não é o que lhe importa politicamente e pouco interessa saber que não são os Desembargadores quem recebem os melhores salários do Poder Público.

Um supervisor, exercendo cargo de confiança no BANESTADO - Banco sem Banqueiro - ganhava em março deste ano Cr\$ 101 milhões, 648 mil, 145 e 42 centavos. No mesmo período, um Deputado estadual recebia Cr\$ 76 milhões, 859 mil e 090. Já um Desembargador percebeu Cr\$ 62 milhões, 596 mil, 040 cruzeiros e 96 centavos.

O governo do Paraná é hoje, com seu monstruoso aparelho de propaganda que deforma a verdade e incita o ódio, o sujeito que precisa ser contido.

O não consentido, como faz hoje esta

Assembléia Legislativa, com a convivência plácida da Comissão de Constituição e Justiça, que lhe ajuda com suas dóceis mãos.

Vamos à denúncia que faço aos meus pares e ao povo do Paraná.

Um supervisor - cargo de confiança do Banestado - aposentou-se em 2 de abril do corrente ano com um salário mensal de Cr\$ 101 milhões, 646 mil, 145 cruzeiros e 42 centavos. E recebeu na rescisão da aposentadoria Cr\$ 754 milhões, 300 mil, 228 cruzeiros e 19 centavos.

Quatro dias após, ajuíza Ação Trabalhista em que reclama:

1º) Horas extras laboradas além das 6 diárias.

O interessante é que a categoria dos bancários, através de dissídios coletivos, possui uma legislação própria que determina uma jornada de 8 horas para os cargos em comissão, gerente local, gerente regional ou supervisor.

2º) RSR - a média de horas extras habituais;

3º) Produtividade;

4º) Adicional por Tempo de Serviço;

5º) Indenização por tempo de serviço anterior à opção pela FGTS;

6º) Devolução da Contribuição feita à Fundação BANESTADO;

7º) Perdas salariais;

8º) Multa de 40% sobre o Fundo de Garantia;

9º) Aviso Prévio, e

10º) Férias.

Tudo no valor de Cr\$ 1 bilhão, 762 milhões, 340 mil 869 cruzeiros e 29 centavos.

Recebia a reclamatória. O Meritíssimo juiz Trabalhista de Ponta Grossa marca a Audiência de Conciliação para o dia 31 de agosto de 1993, às 13 horas e 50 minutos, ocasião em que a ação deveria ser contestada.

Vamos lembrar as datas: no dia 2 de abril, o processo de aposentadoria é concluído; no dia 6, é ajuizada a ação trabalhista.

No dia 22 de abril, ou seja, quinze dias após o ajuizamento da ação, o Banco sem Banqueiro vai à Justiça Trabalhista e propõe um acordo amigável, em que paga ao Supervisor Aposentado a importância de Cr\$ 2 bilhões, 015 milhões, 200 mil cruzeiros. Valor devidamente atualizado pela variação da TR até a data do efetivo pagamento, e incluindo uma verba de seguro-Desemprego. Cria-se a figura do bancário aposentado e desempregado.

É inacreditável que os diretores do Banestado autorizem o pagamento de tal quantia; Cr\$ 2 bilhões para uma única ação trabalhista, sem contestação alguma!!!!

Admite-se com isso, no acordo - e toda

a doutrina e jurisprudência sobre a matéria é contrária - que na Lei de Custeio da Previdência Social deixou de existir a obrigatoriedade do rompimento do vínculo, em face da aposentadoria por tempo de serviço, e que - por mais absurdo que pareça -, a aposentadoria a pedido implica em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

E com isso, o trabalhador bancário do BANESTADO, ao aposentar-se, faz jus a todas as verbas indenizatórias, como se tivesse sido colocado na rua.

E tem mais:

O processo a que estou me referindo tem o número 673/93 na Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa.

Outras dessas ações - a de número 193/93, também de Ponta Grossa, por exemplo - tramitam com as mesmas particularidades. Em janeiro, um supervisor se aposenta, e já no dia 25 ajuíza reclamatória alegando ter sido despedido sem justa causa. Argumenta ainda como suporte a Lei de Custeio da Previdência Social.

A audiência de conciliação - quando se contesta os títulos ou as verbas que se entendem inexigíveis - foi marcada para o dia 29 de julho de 1993.

Ocorre que no dia 22 de março, ou seja, menos de dois meses após a reclamatória, o Banestado vai à Justiça do Trabalho e paga ao bancário aposentado Cr\$ 1 bilhão, 261 milhões, 230 mil e 873 cruzeiros. Uma bela quantia para quem, em novembro de 1992 percebia Cr\$ 37 milhões, 643 mil, 500 cruzeiros e 41 centavos, enquanto um juiz de Entrância Final ganhava Cr\$ 24 milhões, 160 mil, 086 cruzeiros e 12 centavos.

Em casos da mesma natureza ou semelhantes, citaria os processos 311/93, 1275/92, 1282/92 e 1386/92, só na Junta Trabalhista de Ponta Grossa, que por amor a brevidade, apenas cito.

Vê-se disso tudo que os Senhores Desembargadores e Juizes percebem remuneração mensal inferior as dos empregados do médio e alto escalão do Banco do Estado do Paraná, menina dos olhos do Senhor Governador.

Enquanto vivemos esse quadro preocupante que envolve os Magistrados, os membros do Ministério Público e os Advogados paranaenses, cresce no seio da sociedade a convicção de que sem a prestação da Justiça, o Estado Democrático de Direito não sobrevive. E sem ele não há exercício de cidadania.

Vemos, de outro lado, misturarem-se "negócios" - como o da presente denúncia - tanto do dinheiro público como do privado, com evidente desvantagem para o erário.

Não vamos falar em Corrupção, um dos tipos de delito que cuida os crimes contra

a administração pública. Vamos falar em Prevaricação - delito ultimamente tão a gosto da fala do Sr. Governador. O delito especificado no artigo 319 do Código Penal, que fala em prática de ato contra disposição expressa em lei, que é o que está acontecendo no Banestado.

Apurar-se o porquê dessas rescisões milionárias e ver se daí não resultarão outros crimes e responsabilidades.

Por e para isso é o presente.

Servirá para formar um juízo sobre os que devem colocar o direito acima de quaisquer conveniências ou interesses pessoais ou políticos.

Senhor Presidente.

Estou encaminhando proposição à Mesa, para que a Assembléia Legislativa solicite do Egrégio Tribunal de Contas do Estado auditoria no Banestado para apurar a legalidade desses acordos trabalhistas. E se se apurarem ilícitos, que deles seja dado conhecimento ao Ministério Público para que a impunidade seja definitivamente bandida da administração dos negócios públicos no Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Durval Francisco dos Santos, ocorrido no último dia 23 de maio, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma família cujo nome está intimamente ligado ao surgimento e à história de Maringá, Durval Francisco dos Santos, foi um dos pioneiros do município, destacando-se como bravo lutador pela conquista da autonomia e do desenvolvimento regional.

O seu passamento deixa consternada não só a população de Maringá, mas de todo o noroeste paranaense, e, como representante daquela região neste Poder Legislativo, sentimo-nos no dever de externar aqui, nosso profundo pesar e nossa inteira solidariedade aos seus familiares.

#### REQUERIMENTO N° 1546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Oswaldo de Moraes Correa, ocorrido no último dia 25 de maio, na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Líder Comunitário, empresário, agropecuarista, ex-presidente da Cocamar, Oswaldo de Moraes Correa destacou-se por sua luta em defesa dos interesses do município, tornando-se uma das figuras mais respeitadas na Região.

A perda de tão distinta figura, merecedora de mais alto conceito, pelos seus valores profissionais e pessoais, semore motivos enaltecedores de sua memória. Seu trabalho, seu caminho, continuarão a ser seguidos e trilhados por seus admiradores e a sociedade, que merecem ser reverenciados por todos nós.

#### REQUERIMENTO N° 1589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Rita Soares, ocorrido no dia de hoje, no Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NETIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato do grande valor da referida Senhora, devido aos seus méritos de relevados serviços prestados ao Núcleo Joaquim Celestino Ferreira e respectivamente à Creche Antonio Gabardo Júnior, tendo também participado de todas as questões importantes para o município.

E, por isso conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1596

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Jareck, ocorrido no dia 31 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Dona Maria Jareck era uma figura muito querida na comunidade de Almirante Tamandaré. Sua bondade, religiosidade e dedicação militar eram - e continuarão sendo - exemplares para todos os seus amigos.

Casada com o Senhor José Jareck, dona Maria esforçou-se na boa educação para os seus cinco filhos, dentre os quais José Jerônimo, liderança expressiva de Almirante Tamandaré, onde exerceu mandato de Vereador junto à Câmara Municipal.

Diante disso, requeremos a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, da Assembléia

Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo entristecedor passamento da amiga Maria Jareck.

REQUERIMENTO N° 1551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente Oficial ao Comandante do 15° Batalhão da Polícia Militar do Paraná Major QOPM Jairo Mello, com sede em Rolândia, congratulando pelo transcurso do 8° aniversário de implantação do mesmo.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Numa justa homenagem ao 15° Batalhão da Polícia Militar, sediada em Rolândia, sob o comando do Major QOPM Jairo Mello, com seus oficiais e Praças que ao comemorarem o 8° ano de instalação, tem seu trabalho reconhecido, respeitado e integrado a sociedade, através de uma atuação preventiva, orientando, esclarecendo e atendendo a população dentro de suas expectativas.

O 15° BPM que atende a 15 municípios poderia ser citado como exemplo de competência administrativa, integração com a comunidade e respeitabilidade e dignidade reconhecida por uma população que confia na Polícia Militar.

REQUERIMENTO N° 1565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em ata de Voto de Congratulação ao Jornalista e Radalista Anísio Moraes, da Rádio Colméia de Campo Mourão, pela passagem nesta data do 15° aniversário do seu programa de rádio, levado ao ar diariamente através daquela emissora.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O programa "Anísio Moraes" da Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão, é voltado para a discussão e solução de questões que digam de perto aos interesses da comunidade mourãoense.

Objetivo, dinâmico, tornou-se o principal informativo do rádio, atingindo índices de 85% de audiência em seu horário de apresentação, que vai das 08:00 às 09:00 horas da manhã, todos os dias.

Com suas entrevistas, reportagens e anúncios, atinge 20 municípios de toda a região de Campo Mourão, aparecendo como baluarte e intransigente defensor dos interesses daquela microrregião.

Recentemente, teve importante papel na

campanha desenvolvida em prol da Santa Casa Regional. Constituiu, ainda, no principal meio de informação e formação da opinião pública de Campo Mourão.

Reveste-se portanto de significativa importância esta justa homenagem dos integrantes desta Casa Legislativa, ao aprovarem o presente voto de congratulações.

REQUERIMENTO N° 1584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações aos Atletas, Dirigentes, Professores e a Torcida dos "Meninos de Ouro" de Iporã, pela brilhante conquista do inédito título de Campeões Brasileiros de Handebol Infanto-Juvenil Masculino de 1993, em torneio realizado entre os dias 26 a 30 de maio do corrente, em Iporã.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O IV Campeonato Brasileiro de Handebol Infanto-Juvenil, realizado em Iporã, contou com a participação de 08 equipes de seis Estados do Brasil, e graças ao excelente desempenho dos "meninos de ouro" de Iporã, representando o nosso Estado, o Paraná foi Campeão nesta modalidade.

Parabéns Iporã.

Elogios a participação decisiva e ao apoio desmedido da Prefeitura Municipal, a Gerência do Banco do Brasil aos dirigentes estaduais e organizadores do torneio, cumprimentos à torcida fanática presente em todos os jogos lotando o Ginásio de Esportes João Pepino.

O Paraná muito se orgulha destes que colocaram o nosso Estado em lugar de destaque no cenário nacional.

Queremos cumprimentar também a participação importante da iniciativa privada local que patrocinou o evento, tais como a IPOTUR, Lojas Revolução, Dalila Calçados e Criativa Empreendimentos Imobiliários que entenderam o espírito desportivo, numa mentalidade moderna que o esporte rende dividendos para a cidade em particular.

A vitória não ocorreu somente nas quadras, mas sobretudo da comunidade que conviveu com o clima festivo que contaminou todos nestes dias de glória.

Ganhou o comércio local, ganharam os alunos, os jovens com o intercâmbio com outros irmãos brasileiros, enfim, todos saíram vencedores e confirma o entusiasmo do prefeito que afirma que Iporã se depender da sua comunidade, irá sediar brevemente o Campeonato Sul-Americano daquela modalidade.

Parabéns!

## Resultados finais

Iporã/PR.....	Campeão
Colegial/SC.....	Vice-Campeão
Niterói/RJ .....	3° colocado
Banespa/SP .....	4° colocado
Pinheiros/SP .....	5° colocado
AABB/Natal/RN.....	6° colocado
Sírio/SP .....	7° colocado
Recreio/RS .....	8° colocado

Iporã ainda revelou o melhor goleiro - Hilmar A. Wutre, o melhor técnico, o Professor Giancarlos G.A. Ramirez e o artilheiro do certame, com 40 gols marcado, o atleta Alexandre A. Dias.

## REQUERIMENTO N° 1588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Povo, e seu Diretor Francisco Cunha Pereira Filho, assim como ao Chefe de Reportagem daquele rotativo - Senhor Nelson Souza Filho e à repórter Edilma Rangel.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NEIVO BERALDIN

## JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo, vem através dessa série de matérias mostrando um perfil dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, sua vida, suas belezas e sua gente.

Através dessas reportagens, esses municípios vizinhos, cuja vida é intimamente ligada, estão se conhecendo melhor e aprendendo que se há motivos de orgulho para quem mora em Curitiba, há ainda mais motivos de se orgulhar para quem vive na "Grande Curitiba".

Por despertar esse sentimento de integração nessa tão importante região e falar sobre problemas e soluções que atingem uma grande parcela do povo paranaense, em textos de forma clara e competente, é que pedimos o apoio de nossos caros Nobres Pares a esse requerimento.

## REQUERIMENTO N° 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata de Voto de Louvor ao empresário Luiz Bernava Neto pelo trabalho competente e vitorioso executado em benefício da Feira - Vest MERCOSUL, em Maringá, que vem sendo implantada há alguns anos, sendo o mais adequado e dinâmico projeto de pólo atacadista em andamento no Brasil e o maior centro atacadista do Artigo do Ves-

tuário da América Latina.

Atuando sempre com brilho pessoal e competência profissional, o senhor Luiz Bernava Neto é um dos mais destacados referenciais dos empresários do Paraná, merecedor, portanto, da justa homenagem deste Poder.

Da decisão Plenária, requeiro, ainda, se dê ciência ao homenageado à Rua Vereador Nelson Abraão, 175, Maringá, e ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá-Vereador Nereu Vidal César.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOÃO PREIS

## REQUERIMENTO N° 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Voto de Louvor ao Deputado Dirceu Manfrinato, pela elaboração do Projeto Ouro Verde.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto Ouro Verde, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, tem como objetivo a retomada do crescimento da cultura de café no Paraná, através de uma nova postura da política econômica e novas técnicas de plantio e colheita, possibilitando maior produção, gerando assim riquezas e divisas ao Estado do Paraná, bem como minimizando os problemas sociais, oferecendo oportunidade e expectativas aos pequenos e médios produtores, assim como aos bóias-frias, pequenos proprietários de ontem, trazendo-os de volta à terra, de forma a oferecer melhores condições de vida aos seus familiares.

Por esse Projeto e por sua preocupação com todos os assuntos ligados à área da agricultura, o Deputado Dirceu Manfrinato tem o mais alto respeito e reconhecimento desta Comissão Permanente da Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, demonstrando assim a responsabilidade de seu mandato ao povo do Paraná.

## REQUERIMENTO N° 1593

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos, votos de louvor e aplausos ao Empresário João Inácio Kreuz, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Toledo, que no último dia 27 de maio passado, organizou naquela cidade, reuniões da Diretoria da Federação do Comércio Varejista e ao Conselho Regional do Senac, além de ter inaugurado, juntamente com o Prefeito Albino Corazza Neto e com o Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná e ao Con-



selho Regional do SENAC, Abrão José Melhem, Centro de Desenvolvimento Profissional do SENAC.

Na mesma ocasião, patrocinou encontro dos Prefeitos da Região, com dirigentes do Senac, visando parcerias para instalação de núcleos do SENAC em cada município da região.

Tratam-se de eventos importantes para o momento econômico que vivemos, pois fatos como estes ajudam a combater a miséria, a fome e o desemprego, propiciando melhor qualidade de vida aos cidadãos da região.

É de se destacar a liderança de João I. Kreuz, sua dedicação e perseverança, bem como a visão de estadista que revelaram o Prefeito Albino Corazza Neto e o Presidente Abrão José Melhem!

A todos os cumprimentos desta Casa.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, através do Secretário de Estado da Educação, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de três (3) salas de aula no Ginásio Estadual Irineu Câmara Batista e duas (2) salas de aula e sanitários no Ginásio Estadual Cândido Rondon, localizados no Município de Japurá.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOAO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Fora de qualquer dúvida, os Ginásios Estaduais Irineu Câmara Batista e Cândido Rondon representam verdadeiros expoentes do processo de ensino existente naquela progressista cidade, onde a preocupação quanto à elevação da qualidade de ensino oferecida é uma constante, por parte dos professores e da direção escolar.

Justamente em face do cuidado que se tem com relação a qualidade de ensino é que o Prefeito daquele Município - Senhor Avelino Aleotti - está a reivindicar a liberação de recursos para obras de ampliação daqueles estabelecimentos de ensino, a fim de que a clientela escolar possa usufruir dos benefícios da escola pública sem os desagradáveis contratempos que ocorrem em consequência da falta de salas de aula.

#### REQUERIMENTO N° 1583

Senhor Presidente.

O Deputado, abaixo subscrito, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, na forma regimental, seja oficiado ao Ex-

mo. Sr. Ministro da Saúde, e ao Presidente Nacional do INAMPS, relatando sobre a situação caótica em que se encontram os hospitais da rede pública, bem como a indisponibilidade de recursos para serem aplicados na área da saúde.

A FEHOSPAR, Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná, já anunciou a decisão da rede hospitalar, sobre a suspensão dos atendimentos dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), do INAMPS, em consequência da absoluta inviabilidade financeira.

No Estado do Paraná, os estabelecimentos de saúde ameaçam com descredenciamento em massa se, num prazo de quinze dias não houver a fixação de cronograma de pagamento para os próximos meses e a indexação em moeda variável das tabelas de procedimentos ambulatoriais e de internação.

Fazendo uma comparação entre o Orçamento Geral da União de 1989, que contemplava recursos na ordem de US\$ 9 bilhões para o custeio, e o Orçamento deste ano que ficou na faixa dos US\$ 4,5 bilhões para o custeio, não levando em consideração o crescimento populacional e o recrudescimento de epidemias.

Pedimos providências para as autoridades competentes, enquanto isto ainda é viável, para que a saúde dos brasileiros não seja um mero acaso.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1544

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo Votos de Pesar a Senhora MARIA DALVA PÉTRIS, residente na Cidade de Nova Esperança, pelo falecimento de seu esposo, o Professor AODELINO PÉTRIS, ocorrido no último dia 20 de maio do corrente ano, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ARLINDO TROIAN

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 20 de maio, na Cidade de Nova Esperança, faleceu o Professor e empresário Aodelino Pétris, Governador do Distrito 4630 do Rotary Clube Internacional, por problemas cardíacos, pois havia implantado três pontes de safena no ano passado. Nos dias 31 de abril e 1 e 2 de maio ele dirigiu os trabalhos da XXXV Conferência Distrital do R.I., que reuniu na Cidade de Paranavai cerca de 500 rotarianos da região Noroeste do Paraná, na "Conferência da Esperança".

O Professor Aodelino Pétris, era casado com Dona Maria Dalva, e era natural da cidade de Pomeramos no Estado de Santa Catarina, onde nasceu no ano de 1933. Era



formado em Pedagogia pela Faculdade de Lorena, Filosofia pelo Instituto Salesiano de Lorena, no Estado de São Paulo. Matemática, História e Filosofia, pela Universidade Federal do Paraná, e foi Diretor da Escola Normal Secundária São Vicente de Paula de Nova Esperança. Era proprietário da Comercial de Produtos Veterinários Esperança Ltda. até o ano passado.

Rotariano desde o ano de 1967, foi Presidente do Clube em Nova Esperança por duas gestões, e atualmente era Governador Distrital, e sempre teve participação ativa no Rotary, sendo um dos principais e mais assíduos palestrantes.

Aodelino Pétris deixa viúva a Senhora Maria Dalva e os filhos Fernando Silveira Pétris, médico-veterinário e também rotariano e a filha Alexandra Silveira Pétris Capuano, fonoaudióloga, e uma neta.

#### REQUERIMENTO N° 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Saúde - Dr. Nizan Pereira, no sentido de que, mediante avaliações, estude a possibilidade de criação e implantação de um Posto de Saúde no Município de JAPURÁ.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O crescimento do Município de Japurá exige um redirecionamento que permita a implantação de novas diretrizes voltadas para aquela nova realidade sócio-econômica, notadamente no que se refere ao aspecto social. A esse respeito, necessita aquele município de um posto de atendimento, para que, com tal implantação, possa a sua comunidade ser beneficiada com uma nova estrutura e mais condizente.

Nesse sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde, a tomada de medidas capazes de assegurar a concretização de tal obra.

#### REQUERIMENTO N° 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná - Dr. Roberto Requião, contendo APELO objetivando a destinação em caráter de urgência, de uma ambulância devidamente equipada para a REDE FEMININA DE COMBATE AO Câncer - Regional de Maringá.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho cumprido por essa entidade tem conotação social das mais relevantes. Entretanto, embora o significativo alcance e o fato de o atendimento estar efetivamente direcionado ao segmento de baixo poder aquisitivo da população, os recursos disponíveis são poucos, principalmente os oriundos do poder público.

Quantos doentes, efetivamente pobres, não ficam sem assistência, perambulando pelas ruas, sofrendo nas esquinas, sem saberem se podem voltar para os seus municípios de origem ou esperar que alguma pessoa caridosa se condoa de sua dor e consiga o seu transporte de retorno.

A constatação de que o setor de saúde do Município de Maringá, notadamente no que tange aos organismos de atendimentos ao público, não tem uma estrutura compatível com suas verdadeiras necessidades, é feita pela Ilustríssima Vereadora Serafina Martins Carrilho, voluntária e vice-Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que afirma serem muitas as dificuldades sentidas quando se trata de questão de transporte de doentes, citando a exemplo, que são diversas as pessoas que ficam impossibilitadas de serem encaminhadas aos órgãos de saúde.

Esse é o retrato da situação do pobre doente que se desloca do interior com tantas esperanças. Não há, e nem houve, em época alguma, um órgão perfeitamente estruturado para esse tipo de assistência.

Desse quadro desalentador somos nós os Deputados as maiores testemunhas. Procurando orientar, auxiliar, quantas vezes nos sentimos impotentes para providenciar encaminhamentos pela falta de transporte adequado.

Face a essas dificuldades, pedimos apoio de todos os Deputados para esta solicitação, que, tenho a certeza será atendida pelo Governo Estadual, na medida das possibilidades orçamentárias.

#### REQUERIMENTO N° 1564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação do ensino de 2° grau na Escola Amanda Carneiro de Mello, situada na Vila Rio Branco, na Cidade de Castro - PR.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

#### JUSTIFICATIVA:

A Vila Rio Branco tem uma população de aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes, cujos os alunos do 2° grau tem que se deslocar até o Colégio Estadual Major Vespasiano de Mello, localizado no Centro da Cidade de Castro, perfazendo uma distância de 7 quilômetros.

Considerando, ainda, que a Escola Estadual Amanda Carneiro de Mello comporta mais de 1.000 (mil) alunos, o que fará com que a instalação deste, além de facilitar o acesso de alunos ao 2º grau, também aumentará significativamente o número de vagas para o mesmo.

REQUERIMENTO N° 1566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor HOMERO MORINOBU OGUIDO, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos destinados ao desenvolvimento de projeto e implantação da nova estação rodoviária para a sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Poder Executivo do Estado é o Poder concedente das linhas de transportes intermunicipal que operam na Cidade de Campo Mourão e região, há que se registrar a insuficiência de plataformas na atual estação rodoviária lá existente.

A mesma, a curto prazo deverá ser destinada a servir como terminal rodoviário urbano de transportes coletivos.

Sendo assim, à semelhança do que ocorreu em outras épocas e outros Municípios, Campo Mourão necessita do apoio do governo do Estado para dar curso à idéia de desenvolver o projeto e implantar a nova estação rodoviária de Campo Mourão, a qual deverá ter sua capacidade calculada para o terceiro milênio e o tráfego do MERCOSUL, cuja estimativa a valores de Fev/93, corresponde a Cr\$ 16.270.000.000,00, importância onerosa para a administração do município e insignificante para o Executivo do Estado.

REQUERIMENTO N° 1567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor MÁRIO PEREIRA, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho rodoviário que liga os Municípios de Luiziana e Roncador, já que consta do mapa rodoviário estadual como pavimentado.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O trecho rodoviário referido se pavimentado, ligará os Municípios de Luiziana e Roncador, com asfalto, reduzindo em

aproximadamente em 20 km a distância, uma vez que, atualmente para reciprocamente dirigirem-se aos municípios referidos, a viagem é feita através de Iretama.

Segundo informações, o referido trecho teve sua inclusão para asfaltamento, já no orçamento do Governo Richa, mas estranhamente até o presente momento a obra não se realizou, muito embora conste do mapa rodoviário do Estado como rodovia pavimentada com revestimento asfáltico.

Considerando que a região abrangida pela rodovia em questão é uma das mais fortes produtoras de soja e trigo, a presente obra reveste-se de grande importância para os interesses não só da região, mas também, para os interesses econômicos e de desenvolvimento do Estado, para escoamento da produção.

REQUERIMENTO N° 1568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado HOMERO MORINOBU OGUIDO, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a construção de um terminal rodoviário intermunicipal na sede do Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de um município recém-emancipado, contando com menos de sete anos de vida, Luiziana, prescinde ainda, de uma série de obras fundamentais à sua população. Uma delas é a falta de um terminal rodoviário intermunicipal, visto que na atualidade os serviços que oferece aos usuários locais e aos que lá chegam deixa muito a desejar, pois o desembarque ocorre junto a um velho barracão improvisado e, a aquisição de passagens dá-se através de um bar credenciado para a venda, anexo ao barracão.

Os municípios e usuários dos serviços de transporte coletivo intermunicipal estão a merecer um terminal mais confortável, onde possam aguardar o embarque para outros municípios do estado e do País, sem que se vejam obrigados para tal fim a dirigir-se por exemplo, ao Município de Campo Mourão, como vem ocorrendo atualmente.

REQUERIMENTO N° 1569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Secretário de Estado da Segurança Pública,

solicitando a implantação de linha telefônica e fax, na Delegacia de Polícia do Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Fator primordial da prevenção da criminalidade e, mesmo da ação policial é a comunicação. O telefone constitui no campo das comunicações veículo imprescindível.

Difícil conceber-se a existência de uma delegacia de polícia sem telefone, entretanto, tal situação ocorre em Luiziana, onde o aparato policial somente pode ser acionado pessoalmente objetivando ação coercitiva da polícia.

Somente com o atendimento da presente solicitação o serviço policial de Luiziana poderá tornar-se eficiente, proporcionando aos habitantes daquela comunidade e do município a necessária tranquilidade.

REQUERIMENTO N° 1570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um escrivão para a delegacia de polícia do Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A função do escrivão é indispensável em qualquer delegacia de polícia, considerando que é responsável pela agilização do inquérito policial, peça importante para a prestação jurisdicional por parte do Estado.

A delegacia de polícia de Luiziana não conta ainda, com um escrivão em seu quadro de servidores. Tal circunstância, em muito contribui para a morosidade e a deficiência dos serviços daquela delegacia.

Embora estatisticamente pequenos os incidentes na área policial daquela comunidade, diariamente ocorrem situações dignas de registro, que não ocorrem em razão da precariedade de policial apto à condução e registro das ocorrências.

REQUERIMENTO N° 1571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor OSMAR DIAS, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando o envio de informações sobre a melhoria genética da Mandioca, para os produtores agrícolas de Mamborê,

através do Executivo Municipal.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mamborê, produtor de soja e trigo, mantém, importante programa de agricultura de subsistência, principalmente através do cultivo e produção de mandioca, por seus pequenos produtores, que comercializam suas safras para as pequenas indústrias beneficiadoras da região.

Conhecedores do desenvolvimento pela Secretaria de Agricultura de programa de melhoria genética da mandioca, através do presente formalizam o pedido.

Se atendido, em muito tal programa contribuirá para a produção de novas variedades da mandioca, permitindo a produção de uma mandioca de melhor e de maior quantidade, valorizando seu preço, contribuindo para o aumento dos lucros, do produtor, visto que trata-se de um produto de comercialização certa, via indústrias da região e mesmo pelos consumidores locais.

REQUERIMENTO N° 1572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor NIZAN PEREIRA, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de um veículo ambulância para a Cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Com o empobrecimento cada vez maior dos municípios do Brasil e do Paraná, a administração pública municipal torna-se quase que inviável, principalmente com referência aos problemas básicos como por exemplo saúde, educação, saneamento, etc.

Mamborê, vem encontrando sérias dificuldades na prestação de serviços de saúde condizente com as necessidades de sua população.

No momento, a destinação de uma ambulância para o atendimento da população daquele município é imprescindível, pois os deslocamentos de doentes que necessitem de atendimento médico especializado tem que ser priorizado.

Tal solução evitará por certo o risco de perda de vidas preciosas, além de possibilitar ao Estado o cumprimento de sua real destinação.

REQUERIMENTO N° 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Jorge Aloysio Weber, digníssimo Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando através daquela pasta o estabelecimento de programas de incentivo ao comércio e indústria para as cidades de pequeno porte, em especial para o Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As cidades de pequeno porte, em especial as que têm base de sua economia a agricultura, vêm de longo tempo se ressentindo da falta de programas de incentivo que lhes apresentem caminhos viáveis para as pequenas indústrias e comércio locais.

Tais programas voltados para a realidade de cada cidade interiorana do Estado do Paraná, poderá propiciar a criação de empregos e a geração de impostos que resolverão em parte, problemas sociais e econômicos de cada cidade, contribuindo de maneira decisiva para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Mamborê, integrante da microrregião doze do Paraná, é a maior produtora dentre as outras de trigo e soja e, em função de ter sua economia fundamentada na produção desse binômio, considerando a inexistência de indústrias beneficiárias da produção, aliada ao alto custo dos programas de financiamento agrícola, inviabilizou a participação no processo do pequeno agricultor, gerando a evasão do homem rural para as cidades, na busca de meios de sobrevivência.

Uma das soluções seria a formação de um mercado industrial absorvente da mão-de-obra, através de programas de incentivo industrial nas pequenas cidades, no presente momento inviável por falta de uma política estadual nesse sentido.

Programas voltados para o incentivo de indústrias beneficiadoras da produção local, em muito contribuiriam para a geração de empregos, minimizando a evasão do homem rural para a periferia das grandes cidades, contribuindo decisivamente para o progresso e a melhoria da condição de vida de seus cidadãos.

REQUERIMENTO N° 1574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando obras de reforma da cancha de esportes do Colégio Rui Barbosa do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os jovens das cidades de pequeno porte, poucas oportunidades têm de acesso à prática de esportes e lazer.

A juventude do Município de Mamborê enquadra-se no quadro acima, contando apenas com quadras de esportes pertencentes aos estabelecimentos escolares do Estado.

Naquele município, infelizmente, nem com essa alternativa contam, uma vez que, a cancha de esportes do colégio Rui Barbosa encontra-se bastante danificada.

Através do presente, aquela comunidade, representada pelo único Deputado que os representa nesta Casa, vem solicitar a adoção de medidas e de esforços para que se proceda a reforma total da quadra de esportes, como por exemplo, pinturas para definição das modalidades, tabelas de basquete, traves para prática de handebol, voleibol e futebol de salão.

REQUERIMENTO N° 1575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação de uma Circunscrição de Trânsito no Município de Farol.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O atendimento da presente solicitação, com a instalação de uma circunscrição do Detran no Município de Farol, possibilitará aos seus municípios a efetivação de toda documentação pertinente ao setor, carteira de habilitação, emplacamento, garantindo ao município a arrecadação de recursos oriundos da parcela do IPVA.

REQUERIMENTO N° 1581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja viabilizado a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha coberta poliesportiva na Escola Augusto Gutierrez Lopes, Ensino de 1° Grau, localizada no Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento se encontra localizado num dos distritos mais importantes de Mariluz e a sua população se

ressente de áreas apropriadas para a prática de esportes e lazer.

A construção de uma cancha poliesportiva viria atender essas necessidades, especialmente quando se sabe que a escola, tal qual a Igreja, aglutina toda a sociedade local.

REQUERIMENTO N° 1582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos para ampliação de recursos da Escola Estadual Parque Jabuticabeira - Ensino de 1° Grau, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A referida Escola conta com uma clientela originária do próprio conjunto habitacional e das vizinhanças, cujo crescimento demográfico é bastante significativo.

A solicitação é de mais 04 (quatro) salas de aula e as dificuldades são bastante para acomodar os alunos já matriculados.

REQUERIMENTO N° 1590

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelo proprietário da Mercearia Vidotto, localizada à Avenida dos Cardeais n° 369 - Conjunto Residencial Apolo, bairro Afonso Pena, no Município de São José dos Pinhais, quanto a instalação de um aparelho telefônico público na citada mercearia. O pedido prende-se ao fato de que o telefone público é de grande valia a todos os moradores dos arredores, e ao ser instalado no interior de sua mercearia, ficará sem dúvida, protegido da ação de vândalos.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1591

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua João Bonk, localizada na Cidade Jardim I, naquele Município, quanto a

limpeza dos bueiros, os quais estão entupidos, bem como execução de melhoramentos nos asfaltos das ruas, uma vez que estão necessitando de reparos.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1592

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema que ocorre na rua Anibal Ferrarini, bairro Timbu, Município de Campina Grande do Sul, quanto à falta de água.

O pedido foi feito pelos moradores da referida rua, os quais afirmam que há o fornecimento de água uma vez por semana e que, quando não tem água, o ar vem com tanta pressão que chega a arrebentar os canos por onde passa. Pedem urgência no atendimento devido os sérios problemas que estão sendo causados a toda população.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1540

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, com fulcro na Constituição do Estado do Paraná, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, o pedido de informações que segue adiante, sobre os helicópteros de propriedade do governo estadual.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. Quantos helicópteros possui o Governo do Estado do Paraná?
02. Quando foram adquiridos, qual a forma de aquisição, valores pagos e especificações de cada helicóptero?
03. Para quais fins, ações, operações, e/ou tarefas têm sido utilizados? (Especificar a natureza e as datas das utilizações).
04. Quantas horas de vôo possui cada um dos helicópteros?
05. A qual órgão está afeta a responsabilidade pelos helicópteros e quem é o responsável pela autorização do uso dos mesmos?
06. Onde são realizadas as revisões e manutenções de tais helicópteros? Quantas revisões foram realizadas desde a aquisição dos mesmos?
07. Qual o tempo de duração da revisão dos aparelhos e qual o prazo entre as re-

- visões? (Especificar se a revisão é realizada alternada ou simultaneamente para os dois aparelhos)
08. Onde se encontravam os helicópteros nos dias 30 e 31 de maio próximos passados?
  09. Ocorreu algum tipo de acidente envolvendo qualquer um dos helicópteros? (Em caso afirmativo, especificar o local da ocorrência, a data, a natureza da atividade que desempenhava, os ocupantes do aparelho, o tipo de acidente e os procedimentos para apuração das responsabilidades).
  10. Houve registro da ocorrência mencionada no item anterior em algum órgão da Aeronáutica ou Controle de Tráfego Aéreo?
  11. Tal aparelho encontra-se em conserto? Onde? Qual o prazo para sua conclusão e custo dos reparos? (Com especificação para as partes e/ou equipamentos danificados)
  12. O órgão responsável pelo controle da utilização dos helicópteros recebeu qualquer tipo de solicitação para seu uso em atendimento a ocorrências de emergência nos dias 30 e 31 de maio próximos passados? (Especificar o tipo de solicitação, o solicitante, o local da ocorrência e a razão para o atendimento ou não)
  13. Nominar e identificar, profissionalmente, os pilotos encarregados da condução dos helicópteros, especificando suas lotações e origem de vínculo com o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendidas as formalidades legais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa a matéria publicada no jornal Indústria e Comércio, coluna I & C Brasília - pág. B5 do dia 31 de maio do corrente ano, sob o título "Comissão constata irregularidades na distribuição da cesta básica", de autoria do jornalista Liones Rocha, cujo texto, por si só, justifica plenamente esta proposição.

Requer ainda, que da decisão se dê ciência à direção do jornal Indústria e Comércio, e ao jornalista autor da matéria.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) JOÃO PREIS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 215/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivaté ao município de Icaraíma.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 216/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autorizo o Poder Executivo a ceder ao Município de Itambé, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à rua Santo Indalécio, 1044, naquele município, constituído pelas datas de terras sob números 1 e 2 (um e dois), da Quadra n° 4/A (Quatro-A), com área total de 1.350,00m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e cinquenta metros quadrados), conforme o que consta na matrícula n° 5486, às fls. 272, do Livro 3-H, do Registro de Imóveis da Comarca de Marialva.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior, será utilizado exclusivamente para o funcionamento de órgãos daquela municipalidade, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o mesmo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Parágrafo Único - O cessionário ficará responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Itambé,

através da Secretaria de Saúde, realizou a construção de um novo Centro de Saúde no município, ficando as instalações do antigo Centro de Saúde, ociosas.

Diante disso, a Prefeitura Municipal, buscando instalar ali as demais repartições municipais, solicita a cessão do imóvel onde funcionava a Unidade Sanitária de Itambé.

PROJETO DE LEI N° 217/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao município de Mariluz.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 218/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores Sul do Capão Raso", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Esta Associação de Moradores Sul do Capão Raso, é uma entidade sem fins lucrativos, com atividades desde 01.05.85, destinada a representar e defender os moradores da região do bairro do Capão Raso.

Tem como objetivos a luta pelos interesses comunitários, o desenvolvimento de programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de modo geral e a assistência social aos necessitados.

É realmente uma associação com atividades de suma importância para os moradores daquele bairro.

Diante disto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, no sentido de aprovar a medida aqui proposta.

PROJETO DE LEI N° 219/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 4° - Passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4° - Das importâncias arrecadadas em decorrência do disposto nesta Lei, 20% serão destinados da seguinte forma:

§ 1° - 10% destinados a programas de assistência ao menor;

§ 2° - 10% destinados ao Conselho Municipal de Segurança, que deverá ter como presidente o Delegado de Polícia, para utilizar em reformas emergenciais das delegacias de polícias, tais como: trocas de fechaduras, cadeados, consertos rápidos de viaturas, e outras reformas que se fizerem necessárias.

Art. 5° - O § 2° do Art. 4° desta Lei, funcionará como caixa específica da unidade policial arrecadadora de cada município, e necessariamente será prestado contas à Secretaria de Segurança Pública, pelo Conselho de Segurança Municipal.

Art. 6° - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) CARLOS SIMOES

PROJETO DE LEI N° 220/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento de publicações na Imprensa Oficial, todas as entidades, sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

As entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública Estadual, suprem a falta de uma política social efetiva cumprindo atribuição que é prerrogativa prioritariamente estatal.

Em sua maioria passando por dificuldades e tendo sua administração e receitas baseadas no altruísmo, a isenção desta ta-



rifa é forma do Estado desonerar estas entidades de gastos que comprometem sua existência e forma de prestigiar a iniciativa da sociedade civil.

PROJETO DE LEI N° 221/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, as Obras Sociais Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma entidade sem fins lucrativos e que se tem como finalidade Assistenciais e Educacional, desenvolver atividades em favor as Obras Sociais Nossa Senhora Aparecida, entidade Filantrópica, mantenedora da Pré-Escola Santa Elizabeth, Creche, Maternal e Jardim da Infância e do Asilo Lar da Paz, o qual prestam serviços a comunidade gratuitamente, atendendo as finalidades de seu Estatuto.

Pelo exposto, submetemos o presente Plano de Lei à apreciação dos nobres pares, solicitando a final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 222/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei n° 9910, de 19 de março de 1992, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Saturnino de Brito- AMCSB, com sede e foro nesta Capital."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa corrigir o nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei n° 9910, de 19 de março de 1992.

PROJETO DE LEI N° 223/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado "Nestor Ananias da Cruz" a ligação rodoviária entre o Município de Jaguapitã e o de Guaraci,

PR-340.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Nestor Ananias da Cruz, falecido aos 42 anos de idade, durante sua gestão como Prefeito Municipal de Jaguapitã e Presidente da AMEPAR, foi cidadão exemplar para a comunidade regional e um político benquisto pela população.

Sempre envolvido nas questões comunitárias, seja de ordem esportiva, seja de ordem social ou mesmo em associações prestadoras de assistência, tornou-se Vereador em Jaguapitã, sendo reeleito por mais duas vezes, além de ter sido Presidente da Câmara Municipal, Poder este que o indicou como Cidadão Honorário do citado Município.

Entendemos, portanto, que o conjunto das atividades exercidas por Nestor Ananias da Cruz o habilita a ser lembrado e homenageado neste Estado.

PROJETO DE LEI N° 224/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Umuarama ao Município de Ivaté.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 225/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI- Associação de Proteção à Maternidade e Infância de São João do

Ivaí, com sede e foro no Município de São João do Ivaí- Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância de São João do Ivaí, teve seu Estatuto aprovado em dez de dezembro de mil novecentos e setenta e nove, sendo que o mesmo foi registrado no Cartório de Títulos e Documentos daquele município na data de trinta de outubro de um mil novecentos e oitenta e um.

Tendo por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, a APMI, desenvolve programas que proporcionam aos seus beneficiários, bem como à sociedade de um modo geral, as condições necessárias para uma sensível queda da taxa de mortalidade infantil, um problema que afeta principalmente as famílias de baixa renda, sendo estas, por conseguinte, as que mais se beneficiam dos programas supramencionados.

Deste modo, pelos relevantes programas de ordem social, desenvolvidos pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância de São João do Ivaí, pedimos o apoio dos nobres Pares, para que aprovem este Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 226/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O art. 49 e o enunciado do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO III**

**DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS E DOS PENSIONISTAS**

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será de 10% (dez por cento) da base de contribuição prevista no artigo 46.

§ 1º - A contribuição dos segurados ativos e inativos poderá ser reduzida para 5% (cinco por cento), mediante comprovação de que não possuem dependentes e que atingiram 60 (sessenta) anos de idade.

§ 2º - A contribuição dos pensionistas poderá ser reduzida para 5% (cinco por cento) mediante comprovação de que os mesmos são os únicos beneficiários e que atingiram a idade de 60 (sessenta) anos, desde que não haja possibilidade de reversão ou transferência da pensão para terceiros.

§ 3º - Tanto os segurados em atividade

ou inativos, bem como os pensionistas, ficarão isentos de contribuição, salvo a parcela destinada ao seguro, quando atingirem 65 (sessenta e cinco) anos de idade."

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

**JUSTIFICATIVA:**

Certamente por equívoco ou omissão plenamente justificada, o cabeçalho do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219/92, aparenta que o mesmo trata apenas da contribuição dos segurados, quando, na realidade, trata "DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS E DOS PENSIONISTAS, o que está sendo corrigido.

Lembramos que a atual Lei de Previdência é derivada da Lei n° 4766, de 31.11.63, a qual, em seu artigo 27, facultava aos contribuintes que não tivessem beneficiários obrigatórios, o cancelamento de sua inscrição ao atingirem 60 (sessenta) anos de idade.

A mesma lei, em seus arts. 16 e 17, permitia à servidora casada ou que viesse a casar com servidor contribuinte do IPE, que fosse servidor público, o direito de cancelar sua inscrição, prevendo a possibilidade de reintegração no caso do falecimento do cônjuge.

Tendo havido algumas modificações quanto aos direitos e obrigações dos segurados e dos pensionistas, inclusive na igualdade de dependência entre os cônjuges, "mutatis mutandis", o presente plano de lei tem por objetivo restabelecer, diante do alcance da Lei n° 10219/92, aquilo que já havia sido concedido pela legislação anterior.

No tocante aos contribuintes com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, até mesmo a rigorosa legislação do Imposto de Renda lhes assegura isenção, parecendo-nos desnecessário tecer maiores considerações sobre o proposto.

Durante sua tramitação, o presente projeto poderá ser aperfeiçoado pelos setores responsáveis e pelos nobres Deputados, cujas contribuições serão bem recebidas.

PROJETO DE LEI N° 227/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Rondon ao Município de Guaporema.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 228/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Cruzeiro D'Oeste ao Município de Nova Olímpia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 229/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Herculândia ao Município de Ivaté.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao

Curitiba, terça, em 01.06.93

escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 230/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Tapira ao Distrito de Santa Felicidade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 231/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Alto Piquiri ao Distrito de Mirante do Piquiri.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interliga-

dos de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 232/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Iporã ao Município de Altônia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação de trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O Paraná e, especialmente, o interior do nosso Estado a partir de hoje vai realmente enfrentar mais uma daquilo que não desejamos mas temos obrigação de tornar público, que é realmente mais um caos na administração pública do nosso Paraná. Caos esse relacionado à saúde pública do nosso povo. Para que os senhores tomem conhecimento a Federação dos Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Paraná em reunião realizada neste último dia de segunda-feira fez com que quase todos os hospitais do Paraná parassem com seu atendimento. Aquele atendimento não emergencial, mas o atendimento daqueles que realmente procuram a saúde pública do Estado e os hospitais da rede hospitalar, até as credenciadas e fez com que o povo novamente ficasse sem a saúde devida e, principalmente a assistência desejada.

A Federação dos hospitais e estabelecimentos de serviços de saúde do Paraná já notificou oficialmente as secretarias estaduais e municipais de saúde sobre a decisão da rede hospitalar de suspender a partir de hoje todos os atendimentos do

Sistema Único de Saúde - SUS do INAMPS, em consequência da absoluta inviabilidade financeira imposta pelo cronograma do Governo Federal, ou seja, a não atualização monetária das tabelas de atendimentos. Os prestadores de atendimento ao SUS que ontem deveriam ter recebido as contas referentes ao mês de abril sequer foram reembolsadas pelas contas do mês de março. Nas condições atuais diz a nota, os atendimentos de junho não seriam pagos antes do mês de setembro. (Lê):

"SAÚDE FALIDA  
HOSPITAIS AMEAÇAM  
DEIXAR O SISTEMA

A Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná (FEHOSPAR) já notificou oficialmente as secretarias estaduais e municipais de saúde, ontem, sobre a decisão da rede hospitalar de suspender a partir de hoje os atendimentos dentro do sistema Único de Saúde (SUS), do INAMPS, "em consequência da absoluta Inviabilidade financeira", imposta de cronograma pelo Governo Federal, e não atualização monetária das tabelas de procedimentos". Os prestadores de serviços ao SUS, que ontem deveriam ter recebido as referentes ao mês de abril, sequer foram reembolsados pelas de março. Nas condições atuais, diz nota da FEHOSPAR, os atendimentos de junho não seriam pagos antes do mês de setembro.

A rede hospitalar, que teve apoio expressado pela Associação Médica do Paraná para seu movimento, deve manter a suspensão dos serviços ao SUS pelo menos até quinta-feira, quando será realizado em Brasília uma assembléia de âmbito nacional, envolvendo as entidades representativas da classe. Estados como São Paulo e Minas Gerais já tinham deliberado pela paralisação dos atendimentos, tendência que pode crescer em todo o país, se o Governo Federal não adotar medidas urgentes para equacionar o problema do custeio do setor de saúde. No Paraná, os estabelecimentos ainda ameaçam com descredenciamento em massa se, num prazo de quinze dias, não houver a fixação de cronograma de pagamentos para os próximos meses e a indexação em moeda variável das tabelas de procedimentos ambulatoriais e de internação.

Na comunicação feita ao Secretário de Saúde do Estado, Nizan Pereira, a rede hospitalar contratada justifica que "as decisões tomadas refletem a profunda angústia que se abate sobre os hospitais demais prestadores de serviços privados responsáveis por mais de 80% das internações".

O documento expressa ainda a "incerteza hoje reinante nos destinos que estão sendo traçados em relação ao tratamento da questão de saúde". O documento destac

também o problema da falta de recursos, historiando que o Orçamento Geral da União, em 1989, contemplava recursos da ordem de US\$ 13 bilhões para a Saúde, sendo US\$ 9 bilhões para custeio. Este ano, apesar do empobrecimento e do crescimento populacional, além do recrudescimento de epidemias, o orçamento foi fixado em apenas US\$ 4,5 bilhões para custeio, exatamente a metade do que houvera sido fixado em 1989.

No ofício encaminhado pela FEHOSPAR, a classe hospitalar diz lamentar profundamente a situação a que se chegou e, além de alertar, reivindica aos órgãos gestores de saúde para que compreendam a decisão da assembléia geral e contribuam para que as questões pendentes sejam rapidamente resolvidas e para que "a população, já tão sofredora e carente, não se veja privada da assistência médico-hospitalar mínima necessária".

A decisão sobre a paralisação dos atendimentos foi tomada na noite de sexta-feira, após assembléia conjunta da Associação dos Hospitais, Federação dos Hospitais e dos 18 sindicatos regionalizados que a formam. Ainda no sábado, José Francisco Schiavon, presidente da FEHOSPAR, esteve reunido com o presidente da Associação Médica, José Fernando Macedo, e com o secretário de Saúde de Curitiba, Armando Raggio, quando foram analisadas as consequências decorrentes da falta de recursos ao setor assistencial e a ameaça de insolvência que alcança os prestadores de serviços.

#### "EM PG, SUSPENSOS OS ATENDIMENTOS ELETIVOS

Segundo o Moacir Aparecido dos Santos, presidente da Associação dos Hospitais de Ponta Grossa e diretor-administrativo do Hospital Bom Jesus, em Ponta Grossa os hospitais apenas paralisarão os serviços eletivos, mantendo o atendimento normal dos plantões para urgência e emergência. Ontem à tarde, às 14h30, uma delegação da Associação avistou-se com o secretário municipal de Saúde, Winston Bastos, relatando a posição da entidade.

Moacir apontou que a paralisação em Ponta Grossa, dos hospitais, se acontecer, será de maneira "gradativa". Os primeiros serviços, parados já a partir de hoje, são os atendimentos eletivos.

Os hospitais de Ponta Grossa também aguardarão a decisão de Assembléia Nacional, na próxima quinta-feira, em Brasília, sobre os rumos do movimento."

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Presidente nacional do INAMPS a situação caótica, em solo paranístico, de toda rede hospitalar, seja

Curitiba, terça, em 01.06.93

ela pública ou particular, e requeremos ainda, Sr. Presidente, que no dia de amanhã, quando no colapso total da Saúde Pública do Estado, não tenham os Srs. Deputados e esta Casa, através dos reclamos feitos e da identificação da falta, principalmente de chamamento ao problema, não tenhamos nós, a ser traçado a todos os Srs. representantes do povo, a falta pela qual foi avisada a autoridade maior da Saúde Pública, neste Brasil.

Entregamos à Mesa e queremos a data vênica do Plenário na aprovação desse Requerimento, para que no dia de amanhã nos encontremos com a razão maior que é a Saúde ao povo paranaense e à família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado João Preis.

O SR. DEPUTADO JOÃO PREIS - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Quando adentrei neste Plenário, no dia 14 de abril deste ano, tendo às mãos um requerimento onde solicitava o envio de um pedido de informações ao Secretário do Trabalho e Ação Social, Deputado Durval Amaral, busquei esclarecer com alguns colegas as razões pelas quais tomei esta decisão.

Qual não foi a minha surpresa ao constatar, que a minha indignação pela forma como vinha sendo conduzida a distribuição de recursos por aquela secretaria, era compartilhada pela grande maioria dos Deputados desta Casa.

E, sem que eu esperasse, 37 Deputados assinaram junto comigo, este requerimento!

E, por uma questão de ética, Senhores, deixei de solicitar a assinatura de alguns Deputados, para não colocá-los numa situação constrangedora, portanto, ficaram à vontade para assinar ou não o requerimento.

Nada tenho de pessoal contra o Secretário.

Gostaria de estar aqui, hoje, fazendo um pronunciamento de retratação perante o Secretário Durval, gostaria de poder dizer que todas as queixas, suspeitas e denúncias que recebi dos companheiros da minha região, são infundadas e inconsistentes.

Mas isso é sonho! A realidade dos documentos demonstram outra coisa!

Quero deixar claro que este pedido de informações só se concretizou, porque foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa. E ainda, que este é um pedido de informações de 37 Deputados.

Portanto, não se trata de mera picuinha pessoal, nem tão pouco, de desespero

Curitiba, terça, em 01.06.93

de apenas um Deputado. Porque da forma como tem agido o Secretário Durval, não é difícil arrebanhar alguns municípios.

Só tem uma coisa que o Secretário, com toda sua esperteza política, ainda não aprendeu: que lealdade não se compra com dinheiro! E que todo dinheiro que foi despejado por ele na minha região e de outros Deputados, não calarão a voz daqueles que ainda têm ética e sabem ser leais.

Este pedido foi a sinalização clara, só não entendeu quem não quis, do descontentamento que cada um dos Deputados que me apoiou, demonstrou diante da forma como os recursos da SETA vêm sendo distribuídos.

E que fique claro que, esta foi a última tentativa de fazer o Secretário Durval perceber que ele não detém o poder de vida e morte sobre os rumos da ação social no Paraná.

Numa pasta como esta, antes da vontade política do Secretário, estão as necessidades de cada município que devem ser analisadas obedecendo a critérios rigorosos, que definitivamente, durante este período, foram suplantadas pelo clientelismo político e pelo compadrismo.

Se o Secretário acha que um relatório de quase 200 páginas e mais quatro caixas de material, dão respostas a todas as indagações do pedido de informações, enganase. O máximo que pode acontecer é impressionar um pouco, mas numa análise rápida se percebe, que faltam cópias de dezenas de convênios bem como não constam a discriminação de critérios. Que faz parte nossa solicitação portanto incompleta. Os dados enviados pelo Secretário demonstram que cerca de 70% dos recursos distribuídos pela SETA durante o período de junho a dezembro de 1992, foram repassados aos núcleos que congregam os municípios do Norte e Noroeste do Paraná, região onde se localiza a base eleitoral do Deputado Durval Amaral.

Ou seja, dos três bilhões e duzentos milhões que foram distribuídos pela SETA, mais de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros foram canalizados para os núcleos de: Maringá, Londrina, Apucarana, Paranavaí, Umuarama, Cornélio Procopio, Campo Mourão e Jacarezinho.

É ainda mais impressionante que os dois núcleos que receberam as maiores quantias, que foram Maringá e Londrina, concentrem mais de 50% do total, isto significa que os 18 núcleos que restaram ficaram com o que sobrou.

O núcleo de Curitiba, que detém o maior número de habitantes, o maior número de entidades assistenciais, e com certeza congrega o maior número de problemas sociais, recebeu menos de 10% do valor total repassado pela SETA.

Se a distribuição dos recursos aos núcleos não obedeceu a nenhum critério técnico aparente, no que diz respeito aos municípios que compõem cada núcleo, não se encontra nenhuma fundamentação mais concreta, a não ser política, que justifique o repasse.

Os dados são contundentes e falam por si mesmos!

Percebe-se que 74% dos repasses feitos em 1992, foram no dia 04 de novembro, ou seja dos 423 repasses que a SETA fez aos municípios e entidades assistenciais, 315 foram enviados no dia 04 de novembro...

Se levarmos em conta a cotação do dólar da época, verificaremos que:

Dos vinte e cinco municípios do núcleo de Maringá, 11 deles concentraram 86% dos recursos em 1992. Isto significa que dos 114 mil dólares enviados ao núcleo, cerca de 99 mil dólares foram concentrados em apenas 11 municípios.

E, para que os senhores percebam o disparate nos critérios, Maringá, que é município polarizador, com quase 240 mil habitantes, recebeu cerca de 300 dólares durante todo ano.

E a título de exemplo, Mandaguari, que possui 28 mil habitantes, recebeu cerca de 25 mil dólares; Floraí, que possui 5 mil quatrocentos habitantes, recebeu cerca de 14 mil dólares; Lobato com 3 mil e setecentos habitantes, recebeu quase 12 mil dólares e Flórida com 2 mil habitantes recebeu cerca de 10 mil dólares.

Dos 114 mil dólares enviados aos 25 municípios do núcleo de Maringá, cerca de 60 mil dólares foram distribuídos entre Mandaguari, Floraí, Lobato e Flórida, ou seja, 53% do total foram concentrados em municípios.

E os critérios técnicos onde ficam?

Quanto ao núcleo de Londrina, dos municípios beneficiados pelo programa assistencial da SETA, apenas 1 concentrou 43% dos recursos, isto é, dos 77 mil e 200 dólares enviados ao núcleo de Londrina, cerca de 33 mil e setecentos dólares foram destinados à Cambé, base eleitoral do Secretário Deputado.

Será que a tão propalada "Lisura" divulgada pelo Secretário nos órgãos de imprensa. Explicam estes números?

Dos 16 municípios do núcleo de Apucarana, apenas 4 concentraram 72% dos recursos.

Dos 16 municípios do núcleo de Paranavaí, apenas 3 concentraram 56% dos recursos.

Dos 15 municípios do núcleo de Umuarama, apenas 3 concentraram 60% dos recursos.

Dos 12 municípios do núcleo de Cornélio Procopio, apenas 2 concentraram 10% dos recursos.

Dos 11 municípios do núcleo de Campo Mourão, apenas 4 concentraram 72% dos recursos.

Dos 09 municípios do núcleo de Jacarezinho, apenas 2 concentraram 69% dos recursos.

Ora, Senhores Deputados, com clareza, percebe-se que 1992, alguns poucos municípios se beneficiaram da parcialidade da SETA quando distribuiu os recursos que visam minimizar os problemas sociais de toda a população.

E como é que ficam os núcleos de Curitiba, Toledo, Paranaguá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Guarapuava, Irati, Cianorte e União da Vitória?

De acordo com os números ficam com os restos!

Quando se analisa os quatro meses de 1993, constata-se que tudo continua como antes.

Enfim, do total de recursos enviados nestes meses a 16 núcleos, houve concentração de 73% dos repasses em 7 núcleos e são eles: Londrina, Maringá, Umuarama, Paranavaí, Cornélio Procopio, Campo Mourão e Jacarezinho.

Coincidência, não?

Todos os dados que menciono podem ser conferidos no relatório que todos os Deputados receberam da SETA.

Quero esclarecer ainda que em vários municípios as cestas básicas e remédios não chegaram nas mãos dos carentes. E que já foram encaminhados à Comissão de Fiscalização desta Casa, os documentos necessários para as providências cabíveis.

O que impressiona, é que há mais de um mês venho denunciando que os municípios de Mandaguari e Florai, não receberam as cestas de alimentos que deveriam ter sido compradas e distribuídas à população.

Ninguém me contestou nem tão pouco provou o contrário, até agora.

O Secretário Durval Amaral, quando afirmou que não iria dar importância as denúncias dos Deputados, esqueceu-se de que nós estamos aqui para resguardar os interesses do povo que nos elegeu.

Nós, os Deputados, recebemos todo tipo de crítica por parte da população em geral, pelas verbas de assistência social, pelas verbas de ressarcimento que recebemos, no entanto, nós, não temos a mídia paga pelo Estado, não podemos contratar D.A.S. pago pelo Executivo para dar apoio nas nossas bases eleitorais, nem tão pouco podemos abrir os cofres públicos, e repassarmos os recursos da Loteria do Paraná, e distribuir aos nossos apadrinhados políticos.

Hoje, o que fica à perplexidade, é a desfaçatez de quem ataca, porque sabe que muitas vezes, o ataque é a melhor defesa.

No entanto, em especial, neste caso, diante das evidências, mais do que ataques pessoais, o Secretário deveria explicar porque desde que assumiu a SETA, vem distribuindo mais de 70% dos recursos ao Norte e Noroeste do Paraná!

Mas explicar o inexplicável, não é possível.

Por isso, ainda dentro deste contexto de perplexidade esclareço que saio deste episódio mais forte, "Que aquilo que não me destrói me faz mais forte". E é com este espírito que continuo meu sereno e vigilante trabalho parlamentar.

O Sr. Mário Bezerra - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Quero agradecer o aparte, cumprimentá-lo pelo discurso e dizer-lhe que há mais de trinta dias já remetemos ao Tribunal de Contas uma solicitação para que interceda junto à Secretaria do Trabalho e Ação Social para que a mesma remeta a esta Casa, ou a mim, como membro da Comissão de Fiscalização, um relatório pormenorizado sobre os recursos que foram destinados no período de quinze de junho, parece, até o mês de abril. Até agora nada recebemos. Amanhã estaremos nos reunindo com a Comissão de Fiscalização e deliberando sobre este assunto.

Cumprimento V.Exa. pelo trabalho fiscalizador, porque esta é uma das prerrogativas do Poder Legislativo e acrescento que é muito mais grave a denúncia de V.Exa. Quando tivermos em mãos este relatório que o Tribunal de Contas, tenho certeza, vai remeter à Comissão de Fiscalização, nós estaremos elaborando um documento para remeter ao Governo do Estado, junto com V.Exa., já que V.Exa. é o denunciante.

Nós estaremos indo a fundo nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito brevidade nos apartes porque o tempo da Liderança do Partido Progressista já foi concluído e a Mesa já concedeu um minuto.

O Sr. Mário Bezerra - O PTB concede o seu Horário da Liderança ao Deputado João Preis.

O Sr. Basílio Zanusso - (Aparte).  
(Assentimento).

Deputado João Preis, a presença de V.Exa. nessa Tribuna, permite uma exigência após o discurso do Deputado Nereu Moura que esteve nessa Tribuna fazendo referências elogiosas ao Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social por ter tido, em tempo hábil, encaminhado a esta Casa relatório discriminado, atendendo requerimento



Curitiba, terça, em 01.06.93  
de autoria de V.Exa..

Devo dizer que o pedido não foi de V.Exa., quarenta e poucos outros Parlamentares subscreveram com V.Exa. um pedido de informação à Secretaria do Trabalho e Ação Social. Porque nós, eu como V.Exa., da região de Maringá, Paranavaí e Noroeste, nós sentimos a presença permanente, constante do Sr. Secretário da Ação Social, o que não é costumeiro na nossa região.

É evidente que o Senhor Secretário lá comparece a todas as reuniões de Prefeitos da microrregião sempre que é convidado, certamente, porque lá, além de Cambé, que é sua cidade, lá o Governo anterior destinou, premiou o Deputado Durval, então candidato com alguns municípios, inclusive com Prefeitos, e lá o Deputado Durval Amaral mantém, sistematicamente, inclusive Prefeitos contratados por ele para fazer sua nova campanha eleitoral, porque ele usa a Secretaria do Trabalho, da qual é titular, para desenvolver a sua campanha permanente eleitoral.

Aliás, Deputado João Preis, não é apenas o Deputado Secretário da Ação Social. Qual a Secretaria cujo titular não é candidato a Deputado Federal ou Estadual? Se o titular de todas as secretarias do Governo não são candidatos, têm seus propósitos, têm seus amigos, chefes de gabinete, assessores. Mas isto é pecado? Não. Isso é algum crime? Também não. Certamente o Governador, que não desconhece essa realidade, permite.

E o que fazer nós, Deputados? Qual a reação de João Preis, de Basílio Zanusso, de Colombino? É pedirmos informações, fiscalizarmos um pouco. Nós sabemos que é impossível essa fiscalização. Quando é que chega ao Tribunal de Contas papéis, documentos dos recursos liberados? Há determinadas prefeituras ou entidades filantrópicas quando chega ao Tribunal? Leva meses, talvez exercícios inteiros depois de o dinheiro ter sido destinado.

Como se fiscalizar? Não há, portanto, Deputado João Preis, não há nenhum crime em um titular de pastas, de Secretarias, fazer a sua política rotineira, porque político o é. Mas nenhum pecado também fez Vossa Excelência em requerer, em pedir, como nós o fizemos, assinando também o seu requerimento.

E ficou evidente, ficou patente, Deputado Nereu, patentíssimo, que no relatório encaminhado a esta Casa, o Sr. Secretário destinou recursos para onde quis, o valor que quis, sem comunicar previamente e eu não sou do Partido do Governo, mas nem mesmo aos integrantes do PMDB e do PP, que é uma espécie de apêndice, me permitam.

Portanto, Deputado João Preis, o seu requerimento, o pedido que nós subscreve-

Pág. 23

mos com Vossa Excelência, alcançou plenamente o objetivo. Nós fomos informados dos recursos destinados, e Vossa Excelência provou, com a documentação que aí está, de que pode o Sr. Secretário, como o fez, destinar recursos que quer, quanto quer, para onde quer, sem, repito, previamente, por ética até, por ser até nosso companheiro, comunicar o seu colega quando este representa aquele município.

Lamentavelmente não pensa assim o Sr. Governador, que é contra chequinhos. Eu tenho poucas vezes solicitado alguns pequenos recursos, especialmente para a assistência social, algumas entidades e prefeituras, estou informado que o Sr. Governador é contra chequinhos, distribuir chequinhos não é, Srs. Deputados João Preis e Nereu, o que alguns Secretários fazem, eles não pensam assim, são a favor dos chequinhos, quando querem, para onde querem, a hora que querem e a quem bem querem e entendem.

Cumprimento Vossa Excelência, que cumpriu o seu papel de fiscalizador, é o que poucas vezes fazemos aqui, e Vossa Excelência o fez na hora certa, sem qualquer coisa de pessoal, contra um titular da Assistência Social, que é nosso colega. É bom que alguém se levante nesta Casa para dizer que estamos sendo, no mínimo, pouco informados.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Sr. Deputado João Preis, Vossa Excelência é um dos homens dentre os dignos desta Casa, um dos mais dignos. Homem correto, parlamentar responsável que não ocupa todos os dias a tribuna, mas quando faz é ouvido com atenção, com respeito porque Vossa Excelência transmite respeito e atenção.

É lamentável que o Governo não presta as informações solicitadas pelos Deputados e que muitas vezes a bancada que Vossa Excelência dá apoio ao Governo do Estado, também se recusa.

Ontem tivemos aqui requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins negado, para ser discutido no dia de hoje, o que demonstra a preocupação do líder do governo em permitir que até mesmo seus aliados possam trazer as informações.

Vossa Excelência levantou um problema seriíssimo na Secretaria. Vossa Excelência teve coragem de fazer um requerimento, foi aprovado, e hoje os Deputados possuem todos os elementos que necessitávamos para fazer uma avaliação.

Gostaríamos que em todos os órgãos do Estado nós pudéssemos chegar também e receber as informações, na agricultura, no transporte, na saúde, na educação, enfim

em todos os órgãos governamentais, principalmente no Banco do Estado, que está aí a exigir uma atenção toda especial da Assembléia Legislativa, da qual eu me reportarei durante o Grande Expediente.

Cumprimento Vossa Excelência pela atitude corajosa que teve em solicitar as informações e pela coragem que tem, defendendo o seus princípios, defendendo a sua região, porque Vossa Excelência, quero repetir, é um Deputado digno, honrado, que deve merecer permanentemente a nossa melhor consideração.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - A indagação que faço à Mesa, Sr. Presidente, é nos seguintes termos: há cerca de duas semanas, quando discutíamos aqui a Lei da Isonomia, o Deputado Nelson Justus ocupava a tribuna e se dizia não dentre aqueles que tradicionalmente faziam uso da tribuna e o fez quase que em alto elogio. Vejo hoje com apreensão no Parlamento paranaense, o experiente Deputado Colombino Grassano novamente dirigir-se de modo elogioso ao Deputado João Preis já que ele também não está entre aqueles que tradicionalmente fazem uso da tribuna.

A indagação é a seguinte à Mesa da Assembléia Legislativa: se o uso da tribuna, bem como o exercício da palavra no parlamento paranaense é meritório, ou, ao contrário, depõe o parlamentar que tradicionalmente se manifesta sobre as questões atinentes à vida pública do Estado do Paraná?

Esta é a questão de ordem.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu não joguei carapuça para os Deputados da Assembléia Legislativa. Os que aceitaram a carapuça que a recebiam com todo o meu afeto e a minha consideração.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Mantenho a Questão de Ordem, Sr. Presidente.  
Vossa Excelência pode responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não há Questão de Ordem nisso, nobre Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Como indagação a Mesa responde se quiser.

O Sr. Dirceu Manfrinato) - Concede-me um aparte, Deputado? (Assentimento)  
Muito obrigado, ilustre Deputado João Preis.

Quanto à qualificação e o currículo de

Curitiba, terça, em 01.06.93

Vossa Excelência, é inquestionável. Reconhecemos, desde quando assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura de Maringá, e que na verdade o atual Prefeito, ex-Prefeito na época, Said Ferreira, contou muitos pontos em sua administração como Prefeito, mas na verdade Vossa Excelência era o comandante daquele barco que ajudou a desenvolver e promover o setor industrial de Maringá. E digo isto com conhecimento de causa, porque sou vizinho de Maringá e tive a felicidade de acompanhar o trabalho de Vossa Excelência durante o tempo em que permaneceu na pasta da Secretaria de Indústria e Comércio.

Deputado João Preis, chego à conclusão de que nós damos sustentação ao Governo nesta Casa, que apoiamos as decisões do Governo, enfrentando, às vezes, até a Oposição neste plenário, passo a sentir que está faltando a ética e o respeito por aqueles que ajudam e aqueles que estão sempre presentes na hora que são chamados.

Sinto hoje o que Vossa Excelência sente pela falta de ética e de respeito acima de tudo daqueles que invadem os espaços políticos porque suas bases de sustentação já conhecem e já não acreditam mais.

Eu denunciarei em breve. Recebi um telefonema hoje de um Prefeito de uma cidade que represento, onde um presidente de uma das vinculadas do Governo do Paraná, fazendo propostas indecorosas para que receba o apoio do Prefeito nas eleições de 1994.

Eu acho, Deputado João Preis, e aos Deputados que dão sustentação ao Governo do Paraná nesta Casa, também têm o direito de contestar e têm o direito de buscar aquilo que defende o Governo nesta Casa.

E quero confessar a Vossa Excelência de que a orientação que dei ao meu Prefeito, pela lealdade que demonstrou no telefonema, é de que faça todo tipo de acordo, para buscar recursos para a população. Mas, que o Prefeito tenha consciência de que eles terão que deixar o cargo, como a lei determina, e nós daremos o troco em 1994, porque não somos aventureiros do voto. Nós permanecemos nas nossas bases. Convivemos com o povo. Não somos como a Copa do Mundo, que só aparece de quatro em quatro anos, Deputado João Preis.

Tenha Vossa Excelência, deste Deputado, o maior respeito e consideração. Não quero questionar a idoneidade do Secretário Durval Amaral. Mas apenas acho que há de existir a ética e o respeito, acima de tudo.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado, somos nós que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O ora-

dor que ocupa a tribuna tem um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. JOAO PREIS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos os nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Deputado Zuk, desta Tribuna, levantou a preocupação quanto a greve dos donos de hospitais do Estado do Paraná.

Mas, parece que não é exclusividade dos donos de hospitais as greves, hoje.

Encontra-se em greve o Poder Judiciário. Encontram-se em greve, os servidores públicos federais, os professores da Universidade Federal do Paraná. Encontram-se paralisados, hoje, em ato de protesto, os servidores estaduais do Estado do Paraná. E também estão em greve, hoje, os servidores municipais de Londrina.

São inúmeras as greves que temos hoje, no Estado do Paraná. Cada uma delas, entre outras razões, tem a questão salarial colocada no meio. E a questão, no caso dos donos dos hospitais, de renda. Quanto àquela promovida pelos donos de hospitais não tecerei nenhum comentário, agora.

Mas, no que diz respeito aos servidores em greve, principalmente no que diz respeito a nós, Deputados, que somos servidores públicos do Estado do Paraná. Qual é a razão destes servidores paralisarem os trabalhos hoje?

Eu acho que fica claro para todos nós, e algumas responsabilidades são nossas, como Deputados. Recentemente, votamos o reajuste salarial dos servidores públicos. Mas ao contrário do que se esperava, de definição de uma política salarial, de definição de um plano de cargos e carreira na administração pública, de definição de pisos e tetos, não foi debatido absolutamente nada.

E, agora, quando os servidores se movimentam, em dia de paralisação, reivindicando seus direitos, a primeira coisa que se esperava da administração pública seria: "Estamos com as portas abertas, vamos negociar". E não foi isso o que fez.

A primeira coisa é passar telegrama a todos os setores do serviço público, dizendo que os servidores serão punidos com três dias de desconto em seus pagamentos.

É esta a postura do Governador. Por que é que não se aproveitou o debate que houve, no que diz respeito a greve do Judiciário e no que diz respeito a toda a questão salarial do Estado do Paraná, e

termos definido naquele instante, uma data-base de negociação, critérios de negociação, transparência na questão econômica do estado, no orçamento, com plano de cargos e salários, um regime jurídico único, condizente com a nossa realidade.

Isso o Governo não tem vontade de discutir. E nós do PT, cobramos essa posição do Senhor Governador, cobramos essa posição da Bancada que ora sustenta o Senhor Governador.

Temos que botar pontos finais nessas greves e isso só se dá com negociação. E como Deputado do PT também tenho preocupação com a greve dos servidores de Londrina e espero que a conduta do nosso prefeito seja muito diferente do que a do Governador do Estado ou do que a do Prefeito de Curitiba, que a primeira coisa que fez na greve dos servidores municipais de Curitiba, ameaçou de punição e botou a guarda municipal para bater. Parece que a postura foi idêntica de Requião e esperamos que a de Cheida, em Londrina, seja diferente, negociando com os servidores. E, se assim não o for, também teceremos crítica dessa tribuna.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Namir Piacentini.

O SR. NAMIR PIACENTINI - (Lê) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho a essa Tribuna prestar honra à memória de Alfeu Teodoro de Oliveira, falecido sábado em acidente automobilístico, juntamente com sua esposa Ana Albuquerque de Oliveira. Alfeu era Prefeito de Janiópolis.

Destaco o seu perfil carismático, que jamais será esquecido na nossa região. Seu nome passa agora a ser uma lenda, cheia de histórias, que se cruzam com os lendários caminhos de Peabiru, fronteiras do desbravamento do Paraná.

Alfeu Teodoro teve sua origem ligada aos desbravadores que cruzaram o Centro do Estado, em busca de novas terras para a construção do Paraná.

Filho de José Teodoro de Oliveira, que fundou com sua família a cidade de Campo Mourão em 1910, foi o oitavo de uma geração que ajudou a erguer valorosas comunidades, como a sua cidade Campo Mourão e as localidades à sua volta. Ainda jovem, lembram os amigos e parentes que ele conduzia à pé a vara de porcos que possuía, para as cidades da região. Foi também na mocidade que se casou com Ana Albuquerque, de família tradicional, e que o ajudou nas muitas empreitadas a que se dispôs vencer. Cedo iniciou na política elegendo-se vereador suplente em 56, e em 59 foi o ve-

reador mais votado do município pelo distrito de Janiópolis com 874 votos.

Sua vocação política se firma quando consegue se eleger como o 2º prefeito de Janiópolis em 66 (em primeiro mandato), e em 72 num segundo mandato. Tive a honra de contar com seu voto, em minhas disputas para Deputado Estadual nos anos de 86 e 90, o que muito me honrou face à sua inquestionável liderança na região. Em 92 voltou à Prefeitura, elegendo-se novamente numa disputa acirrada, concorrendo com o Doutor Ernesto, candidato que apoiei naquelas eleições.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que se destaca não é só o brilhantismo com que este homem conduziu-se como político, mas principalmente a sua forma de governar, exercendo poder e administrando com um carisma que lembra os homens mais fortes da história do nosso Brasil. Centralizador e ao mesmo tempo extremamente bom, jamais negou ajudar quem quer que fosse, e até os inimigos desfrutavam desta sua forma de ser, buscando apoio, mesmo depois de difíceis disputas eleitorais.

O povo de Janiópolis é quem mais lembra desta fase de Alfeu Teodoro, e lhe devota carinho especial e lembrança memoriosa. Homem que se levantava às 4 da manhã, Alfeu Teodoro com dona Aninha cuidavam de todas as suas criações, e sozinhos distribuíam para a comunidade os litros de leite que vendiam na porta de sua casa, antes deste chegar ao Laticínio.

Tinha muito orgulho do trabalho que exercia, e se dedicava à terra e ao gado como aos seus. Era o maior produtor de matrizes da região, porque considerava que em seu rebanho só deveriam existir fêmeas. Para Alfeu Teodoro, a fêmea se destaca em quatro ciclos: porque é importante em si mesma, porque reproduz, porque produz leite e porque amamenta os bezerros.

Podemos destacar ainda muito mais de Alfeu Teodoro: os credores da Prefeitura, sabiam que podiam confiar na sua administração. Para poder trabalhar pelo seu povo, cobria ele mesmo as contas da Prefeitura.

Com seus discursos inflamados e exagerados às vezes, mostrava a forma e a disposição com que gostava de Janiópolis e do amor que tinha pela sua gente. As primeiras dívidas que assumiu em sua atual administração foram garantidas com cheques pessoais, para que o município pudesse andar de imediato.

Homem que não mandava recados, histórias surpreendentes e engraçadas que farão de Alfeu Teodoro uma lenda regional, como aquela em que mandou cortar uma estrada federal para poder passar seu gado, já que a empreiteira não tinha cumprido o acordo de fazer o túnel para passar o gado de

suas terras, que foram cortadas ao meio.

Para Janiópolis, que foi sua família, e para sua família ficarão a lembrança de homem simples, humilde, lutador, que dava à união, em troca do respeito mútuo. Agropecuarista, dono de mais de 7 mil alqueires na microrregião, Alfeu Teodoro, mais que uma lembrança é o baluarte de homens que construíram o Paraná e ajudaram a firmar a sua grandeza, com trabalho, coragem e garra.

Assim sendo Senhor Presidente, fica a homenagem para levar nosso conforto à sua família composta de cinco filhos e nove netos, que se unem agora na missão de continuar o trabalho e a luta daquele corajoso homem que foi Alfeu Teodoro de Oliveira e de sua esposa a Senhora Ana Albuquerque de Oliveira de saudosas memórias.

Concedo aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Deputado, quando Vossa Excelência fala sobre Alfeu Teodoro de Oliveira eu me recordo da família dele, família que desbravou a região de Campo Mourão onde então, Teodoro de Oliveira, seu irmão, era chefe político do Partido Social Democrático da região de Campo Mourão, onde essa família realizou uma obra formidável e inesquecível e, todos eles, seus descendentes ainda são merecedores de toda confiança e de toda consideração nessa região.

Vossa Excelência interpreta com muita fidelidade os sentimentos mais puros dos que conviveram com Alfeu Teodoro de Oliveira e tem nossa solidariedade esse voto de pesar, esse sentimento que é comum a toda região de Campo Mourão e Higienópolis onde ele mais uma vez foi prefeito municipal.

De modo que associamo-nos às manifestações de Vossa Excelência sentindo a perda para o município e para a região porque a família Teodoro de Oliveira onde teve o Alfeu e seu irmão Antonio é uma família que deve merecer o respeito e a admiração permanente da região que Vossa Excelência com tanta dignidade nessa Casa representa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Eminentíssimo Deputado Geraldo Cartário, que preside a Sessão de hoje, Senhores Parlamentares:

Venho aqui para falar de uma nova ordem que se estabelece, no Estado do Paraná. Nós que somos do interior do Estado, que vivemos na Agricultura deste Estado, que temos toda a nossa família residindo e trabalhando no campo, sentimos uma nova

Curitiba, terça, em 01.06.93

expectativa favorável tomando conta dos agricultores do nosso Paraná. Refiro-me Senhor Presidente ao programa desenvolvido pelo Governo do Estado, através do Banestado, o programa Panela Cheia.

Um programa que tem incentivado o mini, o pequeno e o médio produtor rural, quase que inviabilizado pelas sucessivas políticas desastrosas do Governo central. Se não fosse a sensibilidade e a determinação do Governo Roberto Requião, com certeza milhares de pequenos produtores rurais sairiam do campo, como vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, para engrossar as favelas das grandes cidades, para engrossar ao grande contingente de pessoas sobrevivendo às margens das rodovias estaduais e federais. Por isso, Senhor Presidente, como um brasileiro, sobrevivendo da Agricultura, pequeno agricultor, a gente percebe hoje uma expectativa extremamente otimista que vem da área rural do Paraná. Na próxima 5.<sup>a</sup> feira, com o Governador do Estado, quando o Governador fará a entrega de 22 tratores, de pneus, beneficiando 165 agricultores, pequenos e minis, com a aquisição deste implemento agrícola. E assim por diante, o Sudoeste do Paraná e o Oeste sentem uma nova ordem a prosperar a Agricultura e a viabilizá-la. Porque se não for, Senhor Presidente com a diversificação da Agricultura, se não for com o programa de obras que o Governo do Estado busca implementar, com certeza o Paraná deixaria de ser o maior produtor de grãos, deste País, com certeza, Senhores Deputados, não viveríamos num Estado que é um celeiro agrícola. E temos que louvar a atitude do Governo do Estado.

Há dias atrás estivemos no Município de São Jorge do Oeste, fazendo a entrega de uma colheitadeira a 26 pequenos produtores rurais e aqueles pequenos agricultores, se não fosse este programa do Governo do Estado, jamais teriam condições de comprar uma colheitadeira, ficaram devendo ao Banestado 14.162 sacas de milho, com um ano de carência e 4 anos para pagar. Sendo que cada pequeno proprietário irá pagar, por ano, 100 sacas de milho para o Banestado.

É este programa fantástico e com um resultado extraordinário para o nosso Estado e para a agricultura. E nós que somos lá do campo, e nós que somos lá da roça, sentimos este novo ânimo a despertar este Estado produtor, este Estado gigante que tem o apoio generoso do Governo do Estado. E não precisa nem falar dos trinta e seis programas desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura, com apoio à piscicultura, com apoio à fruticultura, com apoio à readequação de estradas, murunduns e por aí a fora.

É com este ânimo de alegria e de entu-

Pág. 2

siasmo que a gente anda por este Estado vendo em cada palmo do chão, em cada roça plantada, em cada semente jogada nest terra deste solo paranaense uma esperança gigante dos produtores, dos agricultores dos miniprodutores rurais que nunca tiveram vez ao sol, e que hoje podem, com apoio do Governo do Estado e do Banestado fazer com que a sua lavoura seja produtiva e viabilizada; porque se não fosse, Senhor Presidente, com este apoio fantástico do Governo do Paraná, os pequenos proprietários, os miniproprietários rurais, com certeza, como disse inicialmente, estaria engrossando as cidades do Paraná às margens das rodovias, como já tem tantas pessoas que por elas perambulam. Por isso, minha alegria e o meu registro. E quinta-feira, no Município de São João, estar reunido a grande parcela dos políticos das lideranças agrícolas do Sudoeste do Paraná para registrar este evento, quando o Governador Roberto Requião, o Secretário Osmar Dias, farão a entrega de vinte e dois tratores para beneficiar os pequenos e miniprodutores rurais do Sudoeste do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário do Grande Expediente o Deputado do Colombino Grassano. Antes porém não queremos, por solicitação do Deputado Namiir Piacentini, anunciar a presença nesta Casa do Senhor João Altair Albertti, Vereador de Nova Tebas.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. A exemplo do Deputado Nelson Justus também não sou assíduo a esta Tribuna mas quando o faço espero merecer a atenção, o apoio e a consideração de meus eminentes pares.

Venho a esta tribuna como testemunha de fatos que muito deveriam entristecer os homens públicos do Paraná. Um Estado onde se fala em legalidade, mas que a nega com sua expressão mais simples.

O Governador afeta sentimentos nobres para justificar - na perplexidade da mídia - a política de intenções mesquinhas.

O destino do Legislativo e, por via de consequência, da dignidade dos políticos paranaenses, corre sério risco com repercussões em todo os cantos do Paraná, quando se atrela às decisões legislativas à obsessão do Governador do Estado.

O Poder Executivo vem se utilizando dos meios de comunicação para propagar de suas posições - envenenando a opinião pública quanto ao comportamento dos Juizes de Direito -, como também de quaisquer outros valores pessoais que ousam opor-se aos atos do dono do Palácio Iguaçu.

Recapitulamos os últimos acontecimentos, e peço a atenção dos Senhores Parlamentares para que observem da existência no Paraná de uma política oficial de incitamento contra - agora os juizes - e amanhã, sem dúvida, voltada para nós Deputados.

Destrói-se um Poder do Estado hoje. Amanhã será a oposição nesta Casa; e com ela, o que resta da autonomia do Poder Legislativo.

O projeto de lei que veio estabelecer a isonomia salarial entre os funcionários dos três poderes atenderia aos reclamos da magistratura, equivalendo os vencimentos dos Desembargadores aos dos Deputados Estaduais. A tensão existente entre o Judiciário e o Executivo seria resolvida a partir da simples repetição do que vige na esfera federal: Os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado e dos Integrantes do Congresso Nacional são equivalentes.

Dar-se-ia cumprimento ao estabelecido na Carta Estadual, em seu artigo 27, incisos 11 e 12, e respeitar-se-ia a norma constitucional.

No Paraná, como de resto o Brasil, restaria apenas esperar que os integrantes do Congresso Nacional não viessem a aumentar seguidamente seus subsídios.

Solertemente, o Governador enredou os Deputados. E em razão disso, o processo de desmoralização já começou.

A partir do enunciado feito à imprensa, de que a responsabilidade pela exclusão dos Deputados Estaduais da isonomia era dos próprios Deputados, e para efetivarem tal desejo deveriam tornar a inconstitucionalidade constitucional, é que chegamos onde chegamos.

E foi com o aval da Comissão de Constituição e Justiça que o Plenário desta Casa consolidou a constitucionalidade do inconstitucional !!! / Nos desmoralizando aos olhos do Direito e do povo, que afinal há de perguntar: "Que Legislativo é esse?".

Ocorre que não podemos deixar para outra oportunidade, porque então será tarde, para desmascarar a permanente manobra do chamado "Zelo Pela Coisa Pública", que se diz possuir o Senhor Governador.

Irei denunciar - e estou com os comprovantes da autenticidade desta denúncia - que o Governador mente quando diz que são os Senhores Juizes quem têm as melhores remunerações no Paraná. E é essa afirmação que ele faz, em tom de acusação, aos reclamos do Judiciário Paranaense.

Ao faltar com a verdade, Sua Excelência demonstra ignorar o que necessariamente deveria saber. Mas isso, talvez, não é o que lhe importa politicamente e pouco interessa saber que não são os Desembarga-

dores quem recebem os melhores salários do Poder Público.

Um supervisor, exercendo cargo de confiança no Banestado - Banco sem Banqueiro - ganhava em março deste ano Cr\$ 101 milhões, 648 mil, 145 cruzeiros e 42 centavos. No mesmo período, um Deputado Estadual recebia Cr\$76 milhões, 859 mil e 090 cruzeiros. Já um Desembargador percebeu Cr\$62 milhões, 596 mil, 040 cruzeiros e 96 centavos.

O governo do Paraná é hoje, com seu monstruoso aparelho de propaganda que deforma a verdade e incita o ódio, o sujeito que precisa ser contido.

O não consentido, como faz hoje esta Assembléia Legislativa, com a conivência plácida da Comissão de Constituição e Justiça, que lhe ajuda com suas dóceis mãos.

Vamos à denúncia que faço aos meus pares e ao povo do Paraná.

Um supervisor - cargo de confiança do Banestado - aposentou-se em 2 de abril do corrente ano com um salário mensal de Cr\$ 101 milhões, 646 mil, 145 cruzeiros e 42 centavos. E recebeu na recisão da aposentadoria Cr\$ 754 milhões, 300 mil, 228 cruzeiros e 19 centavos.

Quatro dias após, ajuíza Ação Trabalhista em que reclama:

1º) - Horas extras laboradas além das 6 diárias;

- O interessante é que a categoria dos bancários, através de dissídios coletivos, possui uma legislação própria que determina uma jornada de 8 horas para os cargos em comissão, gerente local, gerente regional ou supervisor.

2º) - RSR - a média de horas extras habituais;

3º) - Produtividade;

4º) - Adicional por Tempo de Serviço;

5º) - Indenização por tempo de serviço anterior à opção pela FGTS;

6º) - Devolução da Contribuição feita à Fundação Banestado;

7º) - Perdas salariais;

8º) - Multa de 40% sobre o Fundo de Garantia;

9º) - Aviso Prévio, e

10º) - Férias.

Tudo no valor de Cr\$ 1 bilhão, 762 milhões, 340 mil 869 cruzeiros e 29 centavos.

Recebida a reclamatória. O Meritíssimo juiz Trabalhista de Ponta Grossa marca a Audiência de Conciliação para o dia 31 de agosto de 1993, às 13 horas e 50 minutos, ocasião em que a ação deveria ser contestada.

Vamos lembrar as datas: no dia 2 de abril, o processo de aposentadoria é concluído; no dia 6, é ajuizada a ação trabalhista.

No dia 22 de abril, ou seja, quinze dias após o ajuizamento da ação, o Banco

**Curitiba, terça, em 01.06.93**

sem Banqueiro vai à Justiça Trabalhista e propõe um acordo amigável, em que paga ao Supervisor Aposentado a importância de Cr\$ 2 bilhões, 15 milhões, 200 mil cruzeiros. Valor devidamente atualizado pela variação da TR até a data do efetivo pagamento, e incluindo uma verba de Seguro-Desemprego. Cria-se a figura do bancário aposentado e desempregado.

É inacreditável que os diretores do Banestado autorizem o pagamento de tal quantia; Cr\$ 2 bilhões para uma única ação trabalhista, sem contestação alguma?!!!

Admite-se com isso, no acordo - e toda a doutrina e jurisprudência sobre a matéria é contrária - que na Lei de Custeio da Previdência Social deixou de existir a obrigatoriedade do rompimento do vínculo, em face da aposentadoria por tempo de serviço, e que - por mais absurdo que pareça -, a aposentadoria a pedido implica em rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

E com isso, o trabalhador bancário do Banestado, ao aposentar-se, faz jus a todas as verbas indenizatórias, como se tivesse sido colocado na rua.

E tem mais:

O processo a que estou me referindo tem o número 673/93 na Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa.

Outras dessas ações - a de número 193/93, também de Ponta Grossa, por exemplo - tramitam com as mesmas particularidades. Em janeiro, um supervisor se aposenta, e já no dia 25 ajuíza reclamatória alegando ter sido despedido sem justa causa. Argumenta ainda como suporte a Lei de Custeio da Previdência Social.

A audiência de conciliação - quando se contesta os títulos ou as verbas que se entendem inexigíveis - foi marcada para o dia 29 de julho de 1993.

Ocorre que no dia 22 de março, ou seja, menos de dois meses após a reclamatória, o Banestado vai à Justiça do Trabalho e paga ao bancário aposentado Cr\$ 1 bilhão, 261 milhões, 230 mil e 873 cruzeiros. Uma bela quantia para quem, em novembro de 1992 percebia Cr\$ 37 milhões, 643 mil, 500 cruzeiros e 41 centavos, enquanto um juiz de Entrância Final ganhava Cr\$ 24 milhões, 160 mil, 086 cruzeiros e 12 centavos.

Em casos da mesma natureza ou semelhantes, citaria os processos 311/93, 1275/92, 1282/92 e 1386/92, só na Junta Trabalhista de Ponta Grossa, que por amor a brevidade, apenas cito.

Vê-se disso tudo que os Senhores Desembargadores e Juizes percebem remuneração mensal inferior as dos empregados do médio e alto escalão do Banco do Estado do Paraná, menina dos olhos do Senhor Gover-

nador.

Enquanto vivemos esse quadro preocupante que envolve os Magistrados, os membros do Ministério Público e os Advogados paranaenses, cresce no seio da sociedade a convicção de que sem a prestação da Justiça, o Estado Democrático de Direito não sobrevive. E sem ele não há exercício de cidadania.

Vemos, de outro lado, misturarem-se "negócios" - como o da presente denúncia - tanto do dinheiro público como do privado, com evidente desvantagem para o erário.

Não vamos falar em Corrupção, um dos tipos de delito que cuida os crimes contra a administração pública. Vamos falar em Prevaricação - delito ultimamente tão a gosto da fala do Sr. Governador. O delito especificado no artigo 319 do Código Penal, que fala em prática de ato contra disposição expressa em lei, que é o que está acontecendo no Banestado.

Apurar-se o porquê dessas rescisões milionárias e ver se daí não resultarão outros crimes e responsabilidades.

Por e para isso é o presente.

Servirá para formar um juízo sobre os que devem colocar o direito acima de quaisquer conveniências ou interesses pessoais ou políticos.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:

Estou encaminhando proposição à Mesa, para que a Assembléia Legislativa solicite do Egrégio Tribunal de Contas do Estado auditoria no Banestado para apurar a legalidade desses acordos trabalhistas. E se se apurarem ilícitos, que deles seja dado conhecimento ao Ministério Público para que a impunidade seja definitivamente banida da administração dos negócios públicos no Paraná.

Este requerimento estou encaminhando Vossa Excelência, em nome desta Assembléia Legislativa, que não está aqui para votar apenas leis sem importância, para discutir assuntos que não lhe competem discutir mas especialmente, exigir do Tribunal de Contas uma auditoria no Banestado, para que os responsáveis, por estas irregularidades sejam realmente punidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Por solicitação do Deputado Alceu Swarowski, esta Presidência tem a honra de comunicar que se encontra presente no Plenário o Vereador João Pleno de Camargo. Vereador João Maria da Rocha, de Agudos do Sul.

Horário das Lideranças:

PFL com a palavra (Declina).

PL com a palavra (Declina).

PDT com a palavra (Declina).



PMDB com a palavra (Declina).  
 PSDB com a palavra (Declina).  
 BPI com a palavra (Declina).  
 PT com a palavra. Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu quero ler um documento elaborado pelo advogado Adelino Marcon, documento este que foi enviado ao Doutor Delegado Chefe da 15.<sup>a</sup> Subdivisão da Polícia de Cascavel no Estado do Paraná. Diz o seguinte o documento: (Lê - Lourival Castilhos Pimentel, Ademir de Oliveira, Adelir Panzenhagen, Aguinaldo dos Santos, Dorival de Melo Alves, Mauro Mendes Fonseca e Sebastião Silvano), que se encontram presos nesta delegacia, vêm respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, através do seu advogado ao final assinado, expor e requerer o seguinte.

Na tarde do dia 31 de maio de 1992, por volta das 16:30 horas, adentraram neste mini-presídio, no local destinado às celas dos presos, cerca de 20 a 30 policiais militares, todos fardados e armados de cassetetes, dizendo que iriam fazer revista em todos os presos. Desta forma, determinaram que os presos saíssem de suas celas e os conduziram para o pátio, fazendo com que todos passassem entre duas fileiras formadas por policiais. Neste percurso, todos os presos acima nominados sofreram agressões sob a forma de socos, chutes, golpes de cassetetes, além de insultos verbais.

Durante a "revista", cada um dos presos nominados foi colocado de frente para a parede, com os braços abertos, erguidos e apoiados na parede, com as pernas afastadas, sendo que todos foram revistados mais de quatro vezes, por policiais diferentes, que lhes davam pontapés e socos, além de lhes sujeitarem a várias humilhações.

No retorno para as celas, seguiu-se o mesmo procedimento: os presos foram conduzidos em fila indiana, passando por um corredor formado pelos policiais que, mais uma vez e covardemente, lhes espancaram com cassetetes, murros e chutes.

Em consequência do espancamento, todos os presos sofreram lesões físicas internas e externas, estando todos em estado de saúde deplorável, sendo que alguns sequer conseguem se locomover.

Os policiais, além de todas as agressões acima mencionadas, ainda praticaram toda a espécie de vandalismo que se possa imaginar na cela onde se encontram os requerentes, destruindo todos os seus pertences, tais como: rádio de pilha, espelhos, espremeram limão sobre as roupas, jogaram banha nos cobertores, jogaram todos os alimentos que tinham no vaso sani-

tário, destruíram painéis, etc.

É curial lembrar-se que há uma determinação da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná no sentido de que a Polícia Militar, em qualquer circunstância, não pode ter contato com os requerentes, tendo em vista os episódios notoriamente conhecidos, que determinam a suspensão de policiais militares (as vítimas são três policiais), tanto é assim, que o próprio recaminhamento dos mesmos ao Juízo da Comarca de Guaraniaçu-Pr, quando necessário, é feito pela Polícia Civil, conforme já ocorreu na oportunidade dos seus interrogatórios, e nunca pela Polícia Militar.

Lamentavelmente, o episódio narrado acima violentou completamente a ordem pré-determinada pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, em acordo com a comissão de Defesa dos Direitos Humanos que investigou o caso, por determinação do Ministério da Justiça do Governo Federal.

Pelo exposto, requerem a Vossa Senhoria as seguintes providências sobre os fatos:

1) que seja determinado exame de lesões pelo Instituto Médico Legal de Cascavel, com a determinação de que sejam aferidas as lesões internas e externas de todos eles;

2) que seja feita a apuração rigorosa de todos os fatos acontecidos, com a consequente abertura de inquérito policial, para que todos os envolvidos respondam integralmente pelos atos de barbárie praticados;

3) que seja providenciado, imediatamente, um médico para que dê o pronto atendimento aos requerentes, para que os mesmos sejam medicados, pois alguns encontram-se com problemas de saúde, devido às agressões sofridas;

4) que não seja permitida, em hipótese alguma, a presença de policiais militares, mesmo que à distância, no contato com os requerentes, conforme determinação expressa da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, pedido este mais uma vez aqui repetido;

5) Por se tratarem de presos de responsabilidade do Juízo da Comarca de Guaraniaçu-Pr, seja a este imediatamente comunicado o ocorrido, com cópia deste requerimento, relatório do carcereiro, exame de lesões corporais e demais peças que forem realizadas.

Este é o requerimento feito por Adelino Marcon, advogado dos trabalhadores rurais sem terra, preso por ocasião da morte dos policiais, em Campo Bonito. Não bastasse estarem presos, agora a Polícia Militar comete esta barbárie na prisão de Cascavel.

Isto demonstra, mais uma vez, que o comando da Polícia Militar não tem força e

poder legal interno, na tropa, para impor, fazendo com que a hierarquia seja cumprida.

A ausência dos Deputados Ovídio Constantino e Ernani Pudell, nesta Sessão se deve ao fato de terem viajado até Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Renato Adur, também.

O DR. ROSINHA - Calma. Vossa Excelência não me deixa concluir, interrompendo sem pedir aparte.

E que lá foram, junto com o Líder do PMDB, Renato Adur, após audiência com o Governador do Estado, onde também estiveram o Coronel Capriotti e Favetti, Secretário de Segurança Pública.

Nós, do PT, temos relatado que tem havido torturas na Polícia Militar do Estado do Paraná. Eu mesmo já conduzi pessoas inocentes que foram torturadas pela Polícia Secreta do Estado do Paraná.

O Deputado Ovídio Constantino, desta Tribuna, já divulgou que cidadãos são torturados no interior do Estado. E o que faz o Secretário de Segurança Pública e o Coronel Capriotti? Permitindo que as torturas se dêem dentro das celas!

E o Governo do Estado, que chamou para si a responsabilidade, espero que desta vez puna os responsáveis, porque naquela ocasião da morte do Teixeira, foi denunciado por nós que o Comandante de Cascavel, à noite, estava em jantar festivo com os fazendeiros da região!

Nada fez o Senhor Governador. Precisou esta barbárie, sob os olhos de delegados, e de prisões, para que agora chame atenção. Espero que desta vez tome postura digna de enfrentar esta situação na Polícia Militar! E, que apure as irregularidades acusadas pela CPI feita aqui nesta Assembléia, quando demonstra inúmeras irregularidades daquela Polícia! E que até hoje a Mesa não decidiu, ainda, o que fazer com o relatório! E, cobramos que urgentemente dê encaminhamento a este relatório! Porque enquanto existirem irregularidades dentro da Polícia Militar, a hierarquia militar não será respeitada, como não foi neste caso. Estes presos foram lá submetidos à tortura da Polícia Militar, novamente!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualida-

de de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. À Diretoria Legislativa para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando um Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 028/92-GPNP, subscrito pelo Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, solicitando justificativa de falta na Sessão Plenária do dia 1 de maio passado, em virtude de compromissos em sua região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 3 (três) de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessita de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 10 (dez) de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartório, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avisos distribuídos aos Senhores Deputados.

Gostaria de alertar aos Senhores Deputados que houve um erro na impressão da Ordem do Dia. O Projeto 327/91 está em segunda discussão e não em primeira.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 327/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 55/91, que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, em autarquia, dotada, nos termos art. 7º, inciso I, da Lei nº 8485 de 03 junho de 1987, de personalidade jurídica.

de direito público, autonomias de gestão administrativas, financeiras e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA MENSAGEM N° 132/92, PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

MENSAGEM N° 132/92

Curitiba, 30.11.92.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem n° 55/91, de 6 de agosto de 1991, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar providências no sentido de que no texto do Projeto de Lei n° 327/91, por ela encaminhado e ora em tramitação nessa Augusta Casa sejam apostas as seguintes modificações:

I - inclusão, no art.3°, do inciso XXIII, com a redação abaixo, renumerando-se o inciso de igual número lá contido para XXIV:

"XXIII - o planejamento, a programação, a coordenação, a direção, o controle e a execução de estudos de viabilidade técnico-econômica para fixação e atualização de tarifas e outras atividades pertinentes ao gerenciamento do sistema de transporte de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba";

II - inclusão, no art.4°, de inciso V, com a seguinte redação:

"V - Diretor de Transporte Metropolitano"; e

III - inclusão, no art. 10, de inciso IV, com a seguinte redação:

"IV - um cargo de Diretor de Transporte Metropolitano, símbolo DAS-3".

O aditamento ora solicitado decorre da necessidade de que a autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, de que trata o mencionado Proj.de Lei n° 327/91, tenha sua estrutura readequada em razão do disposto no Decreto n° 1.660, de 21 de outubro de 1992, através do qual foram atribuídas à atual COMEC competências pertinentes ao gerenciamento do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, com o que, seguramente, haverá sensível melhoria na prestação de tais serviços ao grande número de usuários que deles se utilizam.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N° 327/91  
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 132/92

Curitiba, terça, em 01.06.93

A presente Mensagem Governamental, em aditamento à Mensagem n° 55/91, que transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, dotada, nos termos do artigo n° 7, inciso I da Lei n° 8485 de 03.06.87, de personalidade jurídica de direito público, em autonomias de gestão administrativas, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente; vem a ela fazer modificações.

Esta Comissão de Constituição e Justiça é chamada a opinar quanto a constitucionalidade e legalidade da mesma.

Somos de parecer FAVORÁVEL, pois nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 17.12.92.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 14 (quatorze) de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE N° 01  
PROJETO DE LEI N° 327/91

Art. 1° - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei Estadual n° 6.517, de 02 de janeiro de 1974 e constituída em órgão de regime especial pela Lei n° 6.636, de 29 de novembro de 1974, fica transformada em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A autarquia, de que trata este artigo, terá sede e foro na cidade de Curitiba, jurisdição no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba, constituída pelos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

Art. 2° - A COMEC tem como finalidade a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional, conforme estabelece o art. 21 da Constituição Estadual.

§ 1° - As funções públicas de interesse comum são aquelas que:

I - transcendem a competência de um Município, envolvem ações dos diferentes níveis de Governo e impõem a articulação se-

II - originam-se em um único Município, mas seus efeitos atingem outros municípios;

III - localizam-se em um único Município, mas recebem impactos diretos ou indiretos de outros, ou servem a outros municípios;

IV - impõem soluções supra locais por razões de eficiência.

§ 2º - Consideram-se funções públicas de interesse comum de área metropolitana, as referentes a: saneamento ambiental, compreendendo abastecimento de água, esgoto sanitário, limpeza pública, drenagem, controle de inundação; o macrozoneamento do uso e ocupação do solo metropolitano; transporte coletivo e sistema viário regional; desenvolvimento econômico e social da região; proteção do meio ambiente; habitação e infra-estrutura regional.

§ 3º - A definição de novas funções públicas de interesse comum da área metropolitana, deverá ter a anuência do Conselho de Administração da COMEC.

Art. 3º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba tem por atribuições:

I - a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba;

II - a promoção do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

III - a promoção, a coordenação e a elaboração de pesquisas, estudos, projetos e programas, harmonizando-os com as diretrizes do planejamento regional;

IV - a coordenação das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba;

V - a articulação com órgãos da União, objetivando a compatibilização dos programas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba;

VI - a proposição, aos órgãos competentes, da expedição de medidas legislativas e administrativas;

VII - o estabelecimento de diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, visando a sua adequação ao planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

VIII - a cooperação técnica com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba na elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento urbano e outros vinculados aos seus objetivos;

IX - a proposição de desapropriações e o estabelecimento de limites para serviços administrativos necessárias a suas atividades e finalidades;

X - a emissão de parecer sobre concessão, permissão, autorização e ampliação de serviços decorrentes das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Me-

tropolitana de Curitiba, ouvidos os municípios interessados;

XI - assessoramento nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba;

XII - a análise e a emissão de pareceres nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, quando em área de interesse comum, nos mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais.

XIII - a realização de anuência prévia nas propostas de alteração de uso do solo rural para fins urbanos nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com o contido no Art. 53 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e legislação aplicável;

XIV - a concessão de anuência prévia para aprovação de parcelamento do solo urbano localizados em áreas de municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com o Art. 13 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e legislação aplicável;

XV - a análise de projetos e o estabelecimento de requisitos necessários para implantação de obras públicas, a serem executadas nas áreas declaradas pelo Estado como de interesse e proteção especial, acompanhando a sua execução;

XVI - a obtenção e o fornecimento de recursos técnicos e financeiros para a consecução de seus objetivos;

XVII - a manifestação quanto a empreendimentos que venham a causar impactos metropolitanos, dentre outros, a interferência no sistema viário regional e, sobre a indução de pressões para alteração do uso do solo marginal ao empreendimento;

XVIII - a elaboração de estudos de criação e a implementação de mecanismos de compensação financeira para os municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, decorrentes do planejamento metropolitano;

XIX - a promoção, mediante convênio, através dos órgãos competentes, da execução supletiva das atividades locais que em razão do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba, ultrapassem a capacidade executiva dos municípios;

XX - a celebração de convênios, constituição de consórcios e a delegação de atribuições de sua competência a órgão regionais, setoriais e locais;

XXI - a proposição de alterações na área territorial da Região Metropolitana de Curitiba;

XXII - a autorização para implantação

e ampliação de serviços públicos de interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba, nas áreas de transporte, energia elétrica e saneamento, nos mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais; XXIII - a execução de outras atividades correlatas.

Art. 4º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será administrada por:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretor-Geral;
- III - Diretor Técnico;
- IV - Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 1º - O Conselho de Administração, órgão colegiado de coordenação, direção e assessoramento superior da COMEC, compõe-se de 09 (nove) membros, a saber:

I - o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e no Meio Ambiente, como Presidente;

II - o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

III - o Secretário de Estado da Fazenda;

IV - o Diretor Geral da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, como secretário executivo;

V - um representante do corpo de funcionários da COMEC;

VI - o Presidente da ASSOMECA;

VII - 03 (três) Prefeitos representantes dos municípios da Região Metropolitana, indicados pela ASSOMECA.

§ 2º - As distribuições e demais normas de funcionamento do Conselho de Administração serão estabelecidas no Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

§ 3º - Os Diretores serão nomeados pelo Governador do Estado dentre pessoas de reconhecidos conhecimentos técnicos e capacidade administrativa e terão suas atribuições definidas no Regulamento da Entidade.

Art. 5º - Constituirão receitas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba:

I - dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

II - dotações oriundas de créditos especiais ou adicionais;

III - empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados;

IV - resultado de aplicação financeira, na forma de legislação pertinente;

V - produto de venda de material inservível e da alienação de bens imóveis desnecessários ou obsoletos de seu patrimônio, atendida a legislação vigente;

VI - receitas de qualquer natureza proveniente do exercício de suas atividades;

VII - outras rendas eventuais.

Curitiba, terça, em 01.06.93

Parágrafo Único - A receita decorrente do presente artigo será depositada no Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 6º - São extensivos à COMEC os privilégios processuais da Fazenda Pública.

Art. 7º - O patrimônio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será constituído dos bens que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir.

Art. 8º - A entidade autárquica a que se refere esta Lei prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 9º - O corpo funcional da COMEC será formado por servidores do órgão de regime especial nela transformado, conforme o Art. 1º desta Lei, e será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, até posterior regulamentação, e a sua gestão deverá seguir as normas do Plano de Classificação de Cargos e Salários da administração direta e autárquica do Poder Executivo Estadual.

Art. 10 - Ficam criados na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1;

II - um cargo de Diretor Técnico, símbolo DAS-3;

III - um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3.

Art. 11 - Os saldos das dotações orçamentárias do órgão de regime especial de que trata o Art. 1º, ficam transferidos à entidade autárquica que é transformado.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da vigente Lei de Meios.

Art. 13 - Os acordos, convênios, ajustes e contratos firmados pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e em vigência na data da presente Lei, serão assumidos pela autarquia que ora se constitui.

Art. 14 - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, serão estabelecidos através de decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8.485/87.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) ALGACI TÚLIO, JOÃO ARRUDA, ARLINDO TROIAN, LUIZ CARLOS MARTINS e NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

Este Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 327/91 é o resultado de reuniões onde foram realizadas análises, debates e ponderações dos diversos aspectos do Pro-

Projeto de Lei em questão e suas emendas.

Participaram destas reuniões os dirigentes da COMEC, os Prefeitos da Região e Diretores da Assembléia Legislativa.

São objeto do Substitutivo os seguintes tópicos:

### 1 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Projeto original não prevê a composição do Conselho de Administração, indicando apenas que o mesmo será constituído por 9 (nove) membros, a serem nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para um mandato a coincidir com o período do governo; bem como estabelece que a composição do Conselho de Administração será estabelecida no Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

A Emenda proposta estabelece a composição dos nove membros, visando garantir em lei a participação efetiva dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

### 2 - FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM

Acresce-se ao Art. 2º do Projeto original os incisos 1º, 2º e 3º.

O 1º da emenda modificativa define o que entende-se por funções públicas de interesse comum.

O 2º estabelece as funções públicas de interesse comum da área metropolitana.

A inclusão dos Parágrafos Únicos acima citados, devem-se ao fato de ausência na Constituição Federal e Estadual da definição de funções públicas de interesse comum, bem como da necessidade de se enumerar referidas funções no âmbito da área metropolitana.

A COMEC como órgão de apoio técnico de âmbito regional, terá a atribuição de organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum, conforme prevê o Art. 24 da Constituição Estadual.

Desta forma há que se especificar quais são as funções públicas de interesse comum metropolitano visando a atuação da COMEC, nas áreas que interessam a todos os municípios.

O 3º prevê que quando houver necessidade de definição de novas funções públicas de interesse comum da área metropolitana, o Conselho de Administração deverá dar sua anuência.

Sendo o Conselho de Administração, o órgão colegiado de coordenação, direção e assessoramento superior da COMEC caberá a ele anuir sobre as novas funções públicas, objetivando preservar o interesse comum da área metropolitana.

### 3 - ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO

### METROPOLITANA - COMEC

Acresce-se ao inciso X do Projeto original a expressão ampliação, visando contemplar a extensão da área de abrangência de serviços já existentes, ouvidos sempre os municípios interessados.

A emenda modificativa propõe que seja incluído novo inciso atribuindo à COMEC - órgão de apoio técnico de âmbito regional - o assessoramento nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

Tendo em vista que a Constituição Federal, atribui ao Município a competência no que se refere a alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo, a COMEC, nestas questões atuará de forma a assessorar os municípios, com o objetivo de manter o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana.

A alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo, competência exclusiva dos municípios, conforme prevê a Carta Magna.

Contudo, a COMEC, como órgão de apoio técnico de âmbito regional, prestará anuência e parecer em questões de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo somente nos casos em que estão em jogo interesses, que envolvem mais que um município e que justificam a efetiva atuação do órgão metropolitano.

Acresce-se ao atual inciso a expressão "e legislação aplicável" tendo em vista proposta a nível federal de modificação da Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979.

Modifica-se a expressão "loteamento ou desmembramentos" por "parcelamento do solo urbano", visando adequar a redação súmula da Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979.

Acresce-se a expressão "e legislação aplicável" tendo em vista proposta a nível federal de modificação da Lei acima citada.

Suprimido na emenda modificativa, tendo em vista a possibilidade de se criarem conflitos de competência.

Tendo em vista a generalidade do inciso XXII do Projeto original, a emenda modificativa propõe a alteração total da redação.

Referido inciso prevê a atuação da COMEC nas áreas de serviço público que pelas suas características ganham aspecto social representativo, e corporificam funções públicas de interesse comum metropolitano, conforme prevê a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

Em anexo segue estudo comparativo do projeto original, emenda modificativa com respectiva justificativa:

Senhor Presidente.

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, proposta de Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 327/91.

Este Substitutivo é o resultado do encontro promovido por V.Exa., no dia 07.11.91, em seu gabinete, com a presença de doze dos quatorze Prefeitos dos municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, sua assessoria e os dirigentes da COMEC.

Acatando sugestão de V.Exa., foi realizada reunião nessa Casa de Leis, em 13 de novembro do corrente, ocasião em que foram analisados, debatidos e ponderados diversos aspectos do Projeto de Lei em questão e suas Emendas.

Estiveram presentes à reunião os dirigentes da COMEC, os Prefeitos da Região, e Diretores desta Casa designados por Vossa Excelência.

O presente Substitutivo é o resultado desse encontro e reflete o consenso político, administrativo e técnico entre as partes envolvidas a respeito da configuração, das atribuições do órgão técnico Metropolitano, de que trata o art. 23 da Constituição Estadual.

Contando com o apoio de V.Exa. ao Projeto de Lei que ora submetemos, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

(aa) ROBERTO LUIZ PERUSSI

Prefeito de Almirante Tamandaré

VITORIO SEGURO

Prefeito de Balsa Nova

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI

Prefeito de Campina Grande do Sul

ALBANOR JOSÉ FERREIRA GOMES

Prefeito de Araucária

ACRIDES LAZAROTTO SANTOS

Prefeito de Bocaiúva do Sul

AFFONSO PORTUGAL GUIMARÃES

Prefeito de Campo Largo

JOÃO DALPRA

Prefeito de Colombo

JAIME LERNER

Prefeito de Curitiba

LUIZ CASSIANO DE C. FERNANDES

Prefeito de Piraquara

MIGUEL ABRAN ELIAS

Prefeito de Rio Branco do Sul

LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Diretora Legislativa

JOSÉ RENATO DUARTE

Diretor da Procuradoria

PEDRO BOÇOEN

Prefeito de Contenda

FRANCISCO RUALDO CLAUDINO

Prefeito de Mandirituba

JOÃO CARLOS CREPLIVE

Prefeito de Quatro Barras

MOACIR PIOVESAN

Prefeito de São José dos Pinhais

ORLANDO BUSARELLO

Coordenador Geral da COMEC

Curitiba, terça, em 01.06.93

CLAUDIO MAGALHÃES

Coordenador Adjunto

ARI CHAMULERA

Coordenador Adm. Financeiro

SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02, À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Os incisos VI e VII do § 1º do artigo 4º do Substitutivo geral do Projeto de Lei nº 327/91, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - ...

§ 1º - ...

I - ...

VI - O Presidente da ASSOMECA, desde que, Prefeito na área Metropolitana.

VII - O Prefeito de Curitiba e 02 (dois) Prefeitos da Região Metropolitana, indicados pela ASSOMECA.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Rafael Greca de Macedo, José Tavares, Rossoni, João Iensen, João Arruda, Domingos Carvalho, Albino Corazza, Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Basílio Zanusso, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Paulo Maia, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Élio Rusch, Cezar Silvestri, Dalton Machuca.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03, AO SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 3º - ...

XXIII - a formulação da Política Habitacional Metropolitana para a População de Baixa Renda.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento: Algaci Túlio, Toti Colaço, Durval Amaral, Alceu Swarowski.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, Nº 04

Dê-se ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 327/91 a seguinte redação:

"Art. 2º - A COMEC mantém as finalidades e atribuições para as quais foi criada, previstas na Lei nº 6517, de 02 de janeiro de 1974, até que lei complementar regulamentar a institucionalização das regiões metropolitanas conforme estabelece os artigos 21 e 23 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A COMEC terá suas finalidades adequadas aos termos da lei complementar prevista no "caput" deste artigo".

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

A institucionalização das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e



microrregiões depende, para que não se verifiquem distorções em sua utilização como forma de planejamento, de regulamentação através de lei complementar conforme, inclusive, preconiza a própria Constituição Estadual, no Capítulo III de seu Título I.

Essa lei, por certo, conforme prevê o artigo 23 da Carta Estadual, deverá estabelecer a possibilidade de criação de órgãos de apoio técnico de âmbito regional, elencando as suas finalidades e atribuições.

Neste sentido, e considerando que a própria Lei n° 6517, de 02.01.74, já estabeleceu as competências da COMEC, sugerimos sua manutenção até que este parlamento aprove a já mencionada lei complementar, quando então se procederá a adequação das atribuições e finalidades da COMEC.

Este o motivo que leva-nos a crer no apoio unânime e na aprovação da presente.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N° 05

Suprima-se, na parte final do Parágrafo Único do artigo 1° do Projeto de Lei n° 327/91, a expressão "... assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembrados".

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza.

#### JUSTIFICATIVA:

A supressão da parte final do Parágrafo Único do Artigo 1°, acima transcrita, faz-se necessária para que sejam observados, por este Legislativo, as normas constitucionais estabelecidas pelo próprio Legislativo paranaense.

A Constituição Estadual, em seu artigo 21 estabelece que "O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas,..." (grifo nosso). Ora, não podemos nós, mediante lei ordinária, de forma genérica inclusive, legislar sobre matéria reservada à lei complementar.

Neste sentido, propomos a supressão do mencionado dispositivo, de forma a prestigiarmos o mandamento constitucional.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N° 06

Suprima-se, na íntegra, o artigo 3° do Projeto de Lei n° 327/91.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza.

#### JUSTIFICATIVA:

A supressão do artigo 3° do Projeto de Lei n° 327/91 prende-se à substituição

proposta ao artigo 2° do mencionado plano de lei.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 07

Dê-se ao artigo 10 do Projeto de Lei n° 327/91 a seguinte redação:

Art. 10 - Os cargos da Secretaria Administrativa da COMEC ficam transformados em cargos de provimento em comissão, devendo ser preenchidos em no mínimo 1/3 (um terço) por técnicos integrantes de seus quadros.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza.

#### JUSTIFICATIVA:

Na condição de órgão técnico responsável pelo planejamento e incremento das ações visando o desenvolvimento da região metropolitana, torna-se apropriado o preenchimento de parcela de seus cargos administrativos por técnicos da própria COMEC.

Esta medida, inclusive, encontra guarida no que dispõe o inciso V do artigo 27 da Magna Carta Estadual.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 08

Dê-se ao artigo 4° do Projeto de Lei n° 327/91 a seguinte redação:

"Art. 4° - O cargo de Diretor Técnico da COMEC fica transformado em Diretor Administrativo-Financeiro, mantendo-se inalterada a estrutura organizacional básica definida na Lei n° 6517/74, até a edição da lei complementar mencionada na parte final do "caput" do artigo 2°.

Parágrafo Único - As atribuições do Diretor Técnico ficam transferidas ao Coordenador-Geral.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, através do Projeto de Lei em epígrafe, a criação de mais um cargo na estrutura da Secretaria Administrativa da COMEC, além da transformação de seus órgãos colegiados.

Apresenta-se absolutamente desnecessária a criação de mais um cargo administrativo, a nosso juízo, posto que para a COMEC previa-se inicialmente uma estrutura enxuta, pretensão que deve permanecer ainda hoje.

Ademais, a estrutura organizacional básica cumpre o preconizado pela Lei 8485/87, em seu Título VIII, motivo pelo qual não vislumbramos a necessidade de s

alteração até que se torne presente a adequação aos termos de lei complementar que regulamente a institucionalização das regiões metropolitanas.

Contamos, em vista do exposto, com a aprovação da presente Emenda substitutiva.

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 09**

O parágrafo único do Art. 1° passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A autarquia, de que trata este artigo, terá sede e foro na Cidade de Curitiba, jurisdição no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba, constituída pelos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba, Balsa Nova, Quitandinha e Tiucas do Sul, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas."

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: João Preis, Luiz Carlos Alborghetti, Domingos Carvalho, Luiz Carlos Zuk.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 10**

**AO SUBSTITUTIVO GERAL**

Artigo Único - O Parágrafo Único do Art. 1°, do Substitutivo em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° ...

Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro na cidade de Curitiba, jurisdição no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba, constituída pelos Municípios de Curitiba, Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Contenda, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas."

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) CLEITON KIELSE

Apoio: Domingos Carvalho, Nereu Alves de Moura, Júlio Bifon, Costenaro Neto e Toti Colaço.

**JUSTIFICATIVA:**

A inclusão dos municípios no parágrafo, justifica-se em razão da realidade sócio-econômica dos mesmos, aliada à situação geográfica e dos problemas comuns, que se identificam com os problemas da Região Metropolitana. Possuem somente uma ligação rodoviária com a Capital, através da PR-092, no caso de Cerro Azul e Doutor Ulysses e a BR-476, no caso de Adrianópolis.

lis. A exclusão dos referidos municípios da Região Metropolitana implicará em graves problemas, de difícil solução de forma individuada, tal fato não virá a ocorrer, caso sejam devidamente incluídos. Como tais problemas referem-se a situações de ordem social, urbanística e rodoviária, entendemos como propícia a presente emenda, a fim de sanar, oportunamente, a situação lá existente.

**EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA,  
DE PLENÁRIO, DE N° 11**

Corrige a redação do art. 9°, alterando a frase "será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, até ulterior regulamentação".

Para:

"Será regido pelo regime jurídico único (estatutário)".

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Emilia Belinati, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Colombino Grassano e Luiz Henrique Bona Turra.

**JUSTIFICATIVA:**

Em dezembro p.p., o Chefe do Poder Executivo paranaense, através de mensagem aprovada pelo Legislativo, modificou o regime trabalhista no Estado para estatutário.

Logo, a emenda visa atualizar o presente projeto de Lei.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 12**

Inclua-se onde couber:

As adequações e alterações originadas com a presente proposição, deverão ser concluídas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoio: Emilia Belinati, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Colombino Grassano e Luiz Henrique Bona Turra.

**JUSTIFICATIVA:**

Indispensável o estabelecimento de um prazo para a perfeita execução da norma.

Este tempo permite a adequação de funcionários e estrutura básica para adaptação da nova realidade.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 13**

Acrescente-se ao parágrafo único do artigo 1°, após o município de Balsa Nova, os seguintes:

Pinhais, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu e Tunas do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Emilia Belinati, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Colombino Grassano e Luiz Henrique Bona Turra.

JUSTIFICATIVA:

Os quatro municípios, objeto da presente emenda, fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba, e, não foram incluídos no projeto.

Assim, para completa integração da Região e para que a COMEC possa desempenhar globalmente suas finalidades, a emenda se faz necessária.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE N° 14

Art. 1° - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei Estadual n° 6.517, de 02 de janeiro de 1974, e constituída em órgão de regime especial pela Lei n° 6.636, de 29 de novembro de 1974, fica transformada em autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo Único - A autarquia, de que trata este artigo, terá sede e foro na cidade de Curitiba, jurisdição no território compreendido pela Região Metropolitana de Curitiba, constituída pelos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

Art. 2° - A COMEC tem como finalidade a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional, conforme estabelece o art. 21, da Constituição Estadual.

§ 1° - As funções públicas de interesse comum são aquelas que:

I - transcendem a competência de um município, envolvem ações dos diferentes níveis de governo e impõem a articulação setorial e local;

II - originam-se em um único município, mas seus efeitos atingem outros municípios;

III - localizam-se em um único município, mas recebem impactos diretos ou indiretos de outros, ou servem a outros municípios;

IV - impõem soluções supra-locais por razões de eficiência.

§ 2° - Consideram-se funções públicas de interesse comum de área metropolitana as referentes a: saneamento ambiental, compreendendo abastecimento de água, esgoto sanitário, limpeza pública, drenagem, controle de inundação; macrozoneamento do uso e ocupação do solo metropolitano; transporte coletivo e sistema viário regional; desenvolvimento econômico e social da região, proteção do meio ambiente; habitação e infra-estrutura regional.

§ 3° - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba tem por atribuições:

I - a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba;

II - a promoção do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

III - a promoção, coordenação e elaboração de pesquisas, estudos, projetos e programas, harmonizando-os com as diretrizes do planejamento regional;

IV - a coordenação das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba;

V - a articulação com órgãos da União, objetivando a compatibilização dos programas de interesse da Região Metropolitana de Curitiba;

VI - a proposição, aos órgãos competentes da expedição de medidas legislativas e administrativas;

VII - o estabelecimento de diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, visando a sua adequação ao planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

VIII - a cooperação técnica com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba na elaboração de planos, estudos, projetos voltados ao desenvolvimento urbano e outros vinculados aos seus objetivos;

IX - a proposição de desapropriações, o estabelecimento de limites para serviços administrativos necessárias a suas atividades e finalidades;

X - a emissão de parecer sobre concessão, permissão, autorização e ampliação de serviços decorrentes das funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba, ouvidos os municípios interessados;

XI - o assessoramento nos processos de alteração do perímetro urbano e do zoneamento do uso e ocupação do solo nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba;

XII - a análise e a emissão de pareceres nos processos de alteração do perímetro urbano, e do zoneamento do uso e ocupação do solo, nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, quando em área de interesse comum, nos mananciais hídricos, divisa de municípios, parques regionais;

XIII - a realização de anuência prévia nas propostas de alteração de uso do solo rural para fins urbanos nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com o contido no Art. 53, da Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e legislação aplicável;

XIV - a concessão de anuência prévia para aprovação de parcelamento do solo urbano localizado em áreas de municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com o Art. 13 da Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e legislação aplicável;

XV - a análise de projetos e o estabelecimento de requisitos necessários para implantação de obras públicas, a serem executadas nas áreas declaradas pelo Estado como de interesse e proteção especial, acompanhando a sua execução;

XVI - a obtenção e o fornecimento de recursos técnicos e financeiros para a consecução de seus objetivos;

XVII - a manifestação quanto a empreendimentos que venham a causar impactos metropolitanos, dentre outros a interferência no sistema viário regional e a indução de pressões para alteração do uso do solo marginal ao empreendimento;

XVIII - a elaboração de estudos de criação e a implementação de mecanismos de compensação financeira para os municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, decorrentes do planejamento metropolitano;

XIX - a promoção, mediante convênio e através dos órgãos competentes, da execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba, ultrapassem a capacidade executiva dos municípios;

XX - a celebração de convênios, a constituição de consórcios e a delegação de atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;

XXI - a proposição de alterações na área territorial da Região Metropolitana de Curitiba;

XXII - a autorização para implantação e ampliação de serviços públicos de interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba, nas áreas de transporte, energia elétrica e saneamento, nos mananciais hídricos, divisa de municípios e parques regionais;

XXIII - o planejamento, programação, coordenação, direção, controle e a execução de estudos de viabilidade técnico-econômica para fixação e atualização de tarifas, e outras atividades correlatas ao gerenciamento do sistema de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba;

XXIV - a execução de outras atividades correlatas.

Art. 4° - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será administrada por:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretor-Geral;
- III - Diretor Técnico;
- IV - Diretor Administrativo-Financeiro;
- V - Diretor de Transporte Metropolitano.

§ 1° - Os diretores serão nomeados pelo Governador do Estado dentre pessoas de reconhecidos conhecimentos técnicos e capacidade administrativa, e terão suas atribuições definidas no regulamento da entidade.

Art. 5° - O Conselho de Administração, órgão colegiado de coordenação, direção e assessoramento superior da COMEC, compõe-se de 09 (nove) membros, a saber:

- I - O Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, como presidente;
- II - O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
- III - O Secretário da Fazenda;
- IV - O Diretor-Geral da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, como secretário executivo;
- V - um representante do corpo de funcionários da COMEC;
- VI - O presidente da ASSOMEC, desde que prefeito na área metropolitana;
- VII - O prefeito de Curitiba e 02 (dois) prefeitos da Região Metropolitana indicados pela ASSOMEC.

§ 1° - As atribuições e demais normas de funcionamento do Conselho de Administração serão estabelecidas no regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

§ 2° - Desatendido o requisito previsto no inciso VI, deste artigo, comporá o Conselho de Administração o sucessor imediato do Presidente.

Art. 6° - O Conselho de Administração, no desempenho das atribuições previstas no Art. 3° desta Lei, ouvirá os Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba, que atuarão de forma consultiva, opinando em projetos, programas e políticas de interesse regional.

§ 1° - Os Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba terão prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, justificadamente, para exarar opinião fundamentada, na forma do seu estatuto, sobre o mérito dos projetos previstos no "caput" deste artigo.

§ 2° - Para efeitos de deliberação do Conselho de Administração, o descumprimento dos prazos previstos no parágrafo anterior, implicará em concordância tácita por parte dos Prefeitos da Região Metropolitana

na de Curitiba, quanto aos projetos a ela submetidos.

Art. 7º - Constituirão receitas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba:

I - dotações que lhe forem consignadas no orçamento o Estado;

II - dotações oriundas de créditos especiais ou adicionais;

III - empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados;

IV - resultado de aplicações financeiras, na forma da legislação pertinente;

V - produto de venda de material inservível e da alienação de bens móveis desnecessários ou obsoletos do seu patrimônio, atendida a legislação vigente;

VI - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades;

VII - receitas provenientes da venda de passagem, multas e taxas sobre o transporte metropolitano;

VIII - outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - A receita decorrente do presente artigo será depositada no Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 8º - São extensivos à COMEC os privilégios processuais da Fazenda Pública.

Art. 9º - O patrimônio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba será constituído dos bens que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir.

Art. 10 - A entidade autárquica a que se refere esta lei prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 11 - Ficam criados, na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1;

II - um cargo de Diretor Técnico, símbolo DAS-3;

III - um cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3;

IV - um cargo de Diretor de Transporte Metropolitano, símbolo DAS-3.

Art. 12 - Os saldos das dotações orçamentárias do órgão de regime especial de que trata o Art. 1º, ficam transferidos à entidade autárquica em que é transformado.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da vigente Lei de Meios.

Art. 14 - Os acordos, convênios, ajustes e contratos firmados pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e em vigência na data da presente lei, serão assumidos pela autarquia que ora se constitui.

Art. 15 - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, serão estabelecidos através de decreto do chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8485/87.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Duílio Genari, Dirceu Manfrinato, Toti Colaço e Basílio Zanusso.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento, já que houve erro na Ordem do Dia, as emendas também não foram publicadas na Ordem do Dia.

Eu consulto a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Dr. Rosinha, que a Mesa recebeu 14 emendas e que o projeto será enviado às comissões, para que as emendas possam ser apreciadas.

A Mesa informa então, que recebeu 14 emendas, uma delas na forma de Substitutivo Geral de autoria do Deputado Anibal Khury, outra, uma proposta de autoria do Deputado Algaci Túlio, e diversas emendas dos Srs. Deputados, razão pela qual a presidência encaminha o projeto à C.C.J., e não encerra a discussão.

Ele retornará em segunda discussão para apreciação da mensagem original do Sr. Governador, a mensagem aditiva, dos dois substitutivos apresentados e das demais emendas.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para cumprimentar a Mesa Diretora da Casa, por ter trazido à Ordem do Dia esse projeto tão importante para a Região Metropolitana de Curitiba.

E vamos aguardar que a C.C.J. possa acelerar com maior brevidade possível, para que esse projeto volte e seja apreciado por esta Casa, dado que é uma autarquização da maior importância para o desenvolvimento regional da região metropolitana dando mais autonomia técnica e administrativa a fim de que possam planejar e executar programas importantes da Região Metropolitana de Curitiba, região essa em que vivem 2,5 milhões de habitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo a prestar aval, fiança, garantia ou contragarantia, até o valor de US\$ 2.000.000.00 (dois milhões de dólares americanos), ao Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, para que o referido órgão contraia empréstimo junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a fim de instalar o Laboratório Avançado de Tecnologia de Software. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 192/93, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E ENTIDADES COMUNITÁRIAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 193/93, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JARDIM DOM BOSCO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/93, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 011/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. - **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 36, de 26.04.93, Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 134/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental, Ofício n° 011/93, de 22 de abril de 1993, objetiva colher desta Assembleia Legislativa a devida autorização para abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, na forma que especifica.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal

Curitiba, terça, em 01.06.93

tramitação processual legislativa, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela concessão da apregoada autorização de crédito orçamentário suplementar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 134/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 011/93, o presente plano de lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional, recebendo desta, parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 134/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental n° 011/93, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Ao indicar para cobertura do referido crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação do mesmo instituto, a medida atende as disposições legais e constitucionais à matéria orçamentária.

Ante o exposto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
HEINZ HERWIG - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 1589, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado. À Di-**

**Curitiba, terça, em 01.06.93**  
retoria Legislativa.

Requerimentos n° 1545 e 1546, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1596, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1544, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1595, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1563, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O Senhor Deputado Élio Rusch, registra a presença do Prefeito de Itaipulândia, Lotário Knopp.

Requerimentos n°s 1581 e 1582, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1552, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -  
Apenas para dizer que me absteve de votar, uma vez que se fala da minha pessoa, e quero agradecer ao Deputado Severino, Presidente da Comissão de Agricultura, e agradecer a todos os Senhores Deputados. E este êxito nós não queremos atribuir somente a minha pessoa, eu tenho dito anteriormente e reafirmo que este sucesso que tivemos aqui, e que serviu de exemplo no Brasil, nós devemos a todos os Deputados que compõem esta Casa.

E ainda mais uma notícia que nos alegra muito, que se destaca hoje na imprensa brasileira, de que o café teve um repique financeiro, muito alto, que surpreendeu inclusive as especulações dos nossos exportadores no País.

Então, agradeço ao Deputado Severino, a Comissão de Agricultura desta Casa, aos Senhores Deputados por esta honraria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -  
Requerimentos n°s 1569, 1574, 1565, 1566, 1567, 1568, 1570, 1571, 1572, 1573 e 1575, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1564, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1551, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1547, 1548, 1549 e 1550, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1583, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1584, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1594, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1588, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1590, 1591, 1592 e 1593, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1540, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, atendendo pedido do Deputado Djalma de Almeida César que hoje lidera a bancada do PMDB na Casa, e conversando agora há pouco com o Chefe da Casa Militar, Coronel Vantuil Borges de Macedo, já recebi os devidos esclarecimentos porque, na verdade, no final de semana tivemos um acidente com um jovem que acompanhava um grupo de escoteiros no Pico do Marumbi e que ficou da noite de domingo até a manhã de ontem, porque não havia condições de retirá-lo de lá a não ser por helicóptero. Ontem pela manhã, pelas primeiras informações que chegaram até nós, os dois helicópteros do Governo do Estado estavam em revisão.

Evidente que não podíamos entender que dois helicópteros no mesmo período estivessem em revisão. O meu pedido de informações se baseava exatamente de que maneira se processava as revisões e por que não escalonamento nos dias, na época da revisão. Explicou-me o Coronel Vantuil Borges que um dos helicópteros realmente está em revisão em São Paulo e o outro sofreu um acidente quando voltava de Guaraçuva.

Por esta razão estava o Governo desamparado na questão de helicópteros. Razão



pela qual retiro o pedido, já tenho a devida informação e fico agradecido pela presença do Chefe da Casa Militar, Coronel Vantuil Borges de Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere o pedido de retirada do requerimento de V.Exa.

Requerimento n° 1586, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1504, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, atendendo ao solicitado pelo Deputado Djalma de Almeida César, procederá à Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de Pedido de Informações à SANEPAR, queiram levantar-se.

Os que rejeitam queiram levantar-se. Vinte aprovam, oito rejeitam.

Está aprovado o Requerimento.

Requerimento n° 1505, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado por unanimidade.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1392, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - A Questão de Ordem consiste em saber se ontem já não houve a votação e aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não houve quórum no momento da Verificação de votação.

Está em votação esse requerimento de voto de louvor ao ilustríssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, da TELEPAR.

Os que forem favoráveis permaneçam co-

mo estão.

Os contrários queiram levantar-se.

**Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Por favor, registre o voto contrário do Dr. Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dr. Rosinha, Dr. Cartário, Dr. Paulo Maia e Dr. Bona Turra.

Requerimento n° 1448, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nós tivemos a aprovação de requerimento de autoria do Deputado Paulo Maia, que justamente solicita informações ao Banco do Estado do Paraná, sobre as motivações dos atos de demissão de servidores daquela instituição.

Do mesmo modo e antecipadamente pude trazer a plenário informações que davam conta da política de pessoal, especificamente no sentido de reduzir o passivo potencial daquela instituição.

Creio então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria prematuro que votássemos e acho até que talvez devêssemos fazer após as informações que deve receber o Deputado Paulo Maia, porque imotivadas as demissões ou então se as demissões estiveram motivadas politicamente, creio a Assembléia deve referendar requerimento da lavra do Deputado Florisvaldo Fier.

Mas, enquanto não tivermos as informações oficiais do Banco do Estado do Paraná, e este é o encaminhamento que faço, creio não poder esta Assembléia, por falta de elementos, pronunciar-se pela reinclusão nos quadros de pessoal do BANESTADO, de pessoal demitido, até porque é uma instituição com mais de 14 mil servidores, a rotatividade é da ordem de 25 funcionários-mês e, se não demonstrada a vinculação entre os atos de demissão e as políticas desenvolvidas pelo banco, não haverá razão para que vote a Assembléia favoravelmente ao reingresso daqueles servidores.

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Nas sessões anteriores foi realmente aprovado requerimento do Deputado Paulo Maia, em que pede informações a respeito de tais demissões.

Nós queremos dizer que nós retiraremos este requerimento, em função da aprovação do requerimento do Deputado Paulo Maia e também esperamos que os Srs. Deputados, em consideração, aprovem amanhã o requerimen-

to do Deputado Colombino Grassano, que somente vem somar a outras informações já requeridas pelo Deputado Paulo Maia, para que possamos saber o que acontece no BANESTADO, que o pequeno é demitido, o grande tem seu bolso enchido e o diretor do BANESTADO continua com sua ação trabalhista e não é molestado pelo Sr. Governador.

Então, nós continuamos no aguardo deste e esperando a aprovação do requerimento do Deputado Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está deferido o pedido de retirada do vosso requerimento.

Requerimento n° 1503, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado por Unanimidade.**

Registramos a presença em Plenário, do Sr. Eloy Souza Falcão, Vereador de Fazenda Rio Grande, a pedido do Deputado Alceu Swarowski.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 017/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 435/92, 018/93, 033/93, 047/93, 129/93, 137/93, 182/93.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO PREIS, EM SESSÃO DO DIA 01 DE JUNHO DE 1993.

"Comissão constata irregularidades na distribuição de cesta-básica."

de autoria do jornalista Liones Rocha

Secretaria de Ação Social seria um "palanque eleitoral"

Brasília - Num primeiro estudo sobre os documentos fornecidos pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, bem como outras informações vindas de municípios e entidades beneficentes, de classes e prestação

de contas junto ao Tribunal de Contas sobre a gestão do titular daquela Pasta, Durval Amaral, a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Paraná já constatou diversas irregularidades no programa de distribuição de cestas-básicas. Essas irregularidades demonstram também que Durval Amaral transformou sua secretaria num palanque eleitoral destinando cerca 70% dos recursos totais daquele programa social para as cidades núcleos, cujas satélites beneficiadas na sua quase totalidade são bases eleitorais do secretário-deputado estadual, ou de Luiz Carlos Haully, do qual foi funcionário de confiança na Secretaria da Fazenda - no governo Alvaro Dias - ou de outros parlamentares federais com os quais ele (Durval) fará "dobradinha" no pleito de 1994.

Um estudo preliminar feito pela assessoria do Deputado João Preis (PP-PR), que vem cobrando maior lisura na execução do programa de distribuição das cestas básicas, aponta que os 71% dos totais dos recursos para esta finalidade foram concentrados nos núcleos de Maringá, Londrina, Apucarana, Paranavaí, Umuarama, Cornélio Procopio, Campo Mourão e Jacarezinho, em detrimento de outros municípios que tem problemas semelhantes na área social. Das cidades que integram o núcleo de Maringá, Mandaguari foi contemplada com o equivalente a US\$ 25 mil (população de aproximadamente 28 mil habitantes) e Florai com cerca de US\$ 14 mil (população de 5 mil e 400 habitantes), Lobato com cerca de US\$ 11 milhões, Flórida com US\$ 10 milhões (2 mil e 96 habitantes), sendo que a prestação de contas não coincide com a lista das entidades beneficiadas. Diversas delas negam ter recebido os recursos das cestas básicas. Segundo denuncia João Preis.

"Declaração: Declaramos a quem possa interessar e para que surta os efeitos legais que a A.P.M.I. - Conviver, após a pesquisa efetuada em seus arquivos e após constatação junto às partes supra assinado, não foram distribuídos no período de agosto a dezembro de 1992, nenhum medicamento ou qualquer tipo de cesta-básica para carentes no município", assina Rossana Elena V. A. Munhoz, presidenta da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Florai - PR.

Há outras declarações iguais a esta encaminhada à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa. Durval Amaral através da imprensa andou dizendo que Preis está usando os jornais como "palanques eleitorais".

Suas contas, porém, demonstram que a Secretaria do Trabalho e Ação Social se transformou no carro-chefe de sua campanha à reeleição na Assembléia Legislativa o talvez à uma cadeira na Câmara Federal.

A situação de Durval Amaral fica mais delicada se levarmos em conta a sinceridade do discurso do Governador Roberto Requião de Mello e Silva no combate a Orestes Quércia, a quem acusa de ter feito "caixinha de campanha" às custas do dinheiro do povo, além de sua condenação ao esquema PC Farias, que não foge à regra das denúncias de Requião contra Quércia "O PMDB do Paraná tem um patrimônio moral enorme a zelar". No governo do Estado sua administração tem sido modelo inatacável de correção e seriedade. É fundamental na certeza deste empenho pela honestidade que propusemos um comparativo dos preços das

obras públicas de São Paulo e do Paraná. É com essa mesma certeza que solicitamos, sem resultado, a evolução das declarações de bens dos publicamente denunciados ao longo dos 10 últimos anos. Por tudo isso, O PMDB do meu Estado se recusa a entrar de cambulhada nesse lodaçal de acusações e suspeitas levantadas pelos meios de comunicação e deixadas sem resposta (...)", este é um trecho do manifesto de Requião divulgado aos seus correligionários do PMDB, quando de sua expulsão do Partido (depois reintegrado à sigla por vontade do TSE), contestando a cúpula peemedebista.